

Escritório de Avaliação da FAO

Avaliação da Cooperação da FAO com o Brasil 2002-2010

**Avaliação do Impacto da Cooperação da FAO com o Brasil no Setor
Florestal**

Anexo 6 - Relatório final

Fevereiro 2011

Composição da equipe de avaliação do impacto

Liviam Cordeiro Beduschi, Engenheira Florestal, MSc. Ecologia de Agroecossistemas,
liviamcordeiro@gmail.com

Sebastião Kengen, Engenheiro Florestal, PhD Ciencias Florestais, skengen@terra.com.br

Sumário

Acrônimos	4
1 Apresentação	6
2 Objetivos da avaliação do impacto	6
3 Metodologia e abordagem da avaliação de impacto	6
4 Os recursos florestais no Brasil e o contexto institucional	7
5 O Setor Florestal Brasileiro	12
5.1 O Setor Florestal Brasileiro até o fim dos anos 90	12
5.2 O Setor Florestal entre 2000 e 2010	13
6 Intervenções da FAO no Setor Florestal no Brasil	15
6.1 Antecedentes da Cooperação da FAO com o Brasil no Setor Florestal	15
6.2 Cooperação da FAO com o Brasil a partir de 1980	16
6.3 Principais parceiros da Cooperação Técnica	19
6.4 Principais Temas abordados pela FAO	19
7 A percepção do setor florestal brasileiro com respeito à FAO	20
7.1 Fortalecimento Institucional	20
7.2 Difusão da Informação e do Conhecimento	21
7.3 Capacitação e Apoio Técnico	23
8 Os impactos da Cooperação Técnica da FAO no Brasil no setor florestal	25
8.1 Fortalecimento institucional	25
8.2 Difusão de Informações e Cooperação Internacional	25
8.3 Capacitação e Apoio Técnico	26
9 Conclusões	26
Apêndices	28
Apêndice 1 Termos de Referencia da Avaliação do Impacto FAO-Brasil no setor florestal	29
Apêndice 2 Relação de Informantes da Avaliação de Impactos da Cooperação da FAO no Brasil para o Setor Florestal - Questionário e Entrevistas realizadas entre 03 a 24 de setembro/2010.	33
Apêndice 3 Linha do Tempo das instituições públicas com atividades florestais entre 1950 a 2010.	35
Apêndice 4 Quadro Síntese do Setor Florestal nos períodos entre 1980 a 2010 e a atuação da FAO.	36
Apêndice 5: Folha 1. Questionário; Folha 2. GPG (planilha excel)	
Apêndice 6: Quadro de Projetos (planilha excel)	

Acrônimos

ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação – Ministério Relações Extranheira
ABRAFLO	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
AI	Aviação do Impacto
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BM	Banco Mundial
BR-163	Cuiabá – Satarém Road
CENAFLO	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal
CEPAL	United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas
COFLAC	Forestry Committee for Latin America and the Caribbean
COFO	Comissão Mundial Florestal
CONAFLO	Comissão Nacional de Florestas
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONAMAZ	Conselho Nacional da Amazônia Legal
DFS	Distrito Florestal Sustentável
EC	European Commission
EMATER	Empresa de Assistência e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FAO RLC	FAO Regional Office for Latin America and the Caribbean
FAO OED	FAO Office of Evaluation
FAOR	FAO Representation (country office)
FLONA	Floresta Nacional
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FRA	Forest Resources Assessment
FUNBIO	Fundo Nacional de Biodiversidade
GCP	Government Cooperative Program
GEF	Global Environmental Facility
GPG	Global Public Goods
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Cooperação Técnica da Alemanha
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (MMA)
IEF-MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IFF	Intergovernmental Forum on Forests
IFN	Inventário Florestal Nacional
INCRA	Instituto Nacional da Reforma Agrária
IFB	Instituto Florestal Brasileiro
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisas da Amazônia
IPEF	Instituto de Pesquisas Florestais
IPF	Intergovernmental Panel on Forests
ITFF	Inter-agency Task Force on Forests
IUCN	International Union for Conservation of Nature
LPF	Laboratório de Produtos Florestais
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAPMA	Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica
OPAN	Operação Amazônia Nativa

OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PFNM	Produtos florestais não madeireiros
PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
PNF	Plano Nacional de florestas
PPG-7	Pilot Programme to conserve Tropical Rainforests
PRODEPEF	Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal
ProManejo	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
RMFC	Rede de Manejo Florestal da Caatinga
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SBS	Sociedade Brasileira de Silvicultura
SBEF	Sociedade Brasileira de Engenheiros
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA
SFB	Serviço Florestal Brasileiro/MMA
SIDRA	Sistema de Informações e Recuperação de Dados (IBGE)
SIF	Sociedade de Investigações Florestais
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação/Brazil
TCP	FAO Technical Cooperation Program
TdR	Termos de Referencia
UC	Unidade de Conservação
UE	União Européia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UGP	Unidade de Gestão do Projeto (MMA)
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
USP	Universidade de São Paulo
UTF	Unilateral Trust Fund project

1 Apresentação

1. Este documento refere-se a “Avaliação de Impactos da Cooperação da FAO com Brasil no Setor Florestal entre 1980 e 2000”, realizada pelo Escritório de Avaliação da FAO (OED) no marco da Avaliação da cooperação da FAO com o Brasil 2002-2010.
2. Em maio 2010 a OED iniciou a avaliação de toda a cooperação da FAO com o Brasil, visando incluir os diferentes setores de atuação da Organização no país. Na fase de preparação da avaliação, pareceu claro que o setor florestal havia sido um dos mais importantes no contexto dessa cooperação: foi então decidido de analisar essa colaboração ao nível dos impactos produzidos.
3. O setor florestal brasileiro apresenta-se como um setor em desenvolvimento acelerado com um histórico de cooperação com a FAO desde a década de 50. Entretanto, nas últimas décadas o setor público florestal passou por muitas mudanças institucionais, modificando também o cenário da política florestal e as tendências de seus projetos e programas, o que influi diretamente nas relações de cooperação com a FAO.
4. A Avaliação de Impacto foi realizada entre agosto e novembro de 2010. As reflexões e os resultados apresentados se integram ao Relatório de Avaliação País da cooperação da FAO com Brasil entre 2002 e 2010. Os Termos de Referencia deste exercício se encontram no Apêndice 1.

2 Objetivos da avaliação do impacto

5. O objetivo da Avaliação de Impactos foi prover uma análise detalhada da contribuição da FAO ao setor florestal brasileiro desde 1980. A avaliação visou focar nos resultados e nos impactos, definidos como mudanças duradouras que a Organização promoveu, ou que contribuiu para promover, no que refere-se ao fortalecimento institucional e desenvolvimento de capacidades.
6. Os resultados da Avaliação de Impactos contribuíram para, e fortaleceram, a base de evidência para as conclusões e recomendações da Avaliação da cooperação da FAO com o Brasil no setor florestal. Em particular, a AI visou contribuir para a identificação da vantagem comparativa da FAO ao nível institucional do setor florestal no Brasil.

3 Metodología e abordagem da avaliação de impacto

7. A avaliação seguiu uma abordagem qualitativa para analisar o período compreendido entre 1982 a 2010, concentrando esforços na última década, 2000 a 2010. Esta incluiu, entre outras, as atividades detalhadas em seguida.
 - Análise de documentos: foram analisados documentos, relatórios de projetos e diversos materiais impressos disponibilizados pela OED, além de informes e materiais de divulgação sobre programas do setor florestal.
 - Entrevistas semi-estruturadas com informantes chaves: se elaborou uma lista de instituições do setor público, setor privado, organizações internacionais e universidade, incluindo centro de pesquisas, a partir de uma lista de contatos pré-definidos. Define-se como informante chave, interlocutores identificados como gestores ou colaboradores, que estiveram ou estão, envolvidos diretamente nos diferentes tipos de projetos da FAO (GCP/UTF/TCP, e outros). Estes se encontram na sua maioria atuando em órgãos públicos (federal, estadual ou municipal), setor privado ou no terceiro setor. Foram identificados alguns interlocutores especiais, que mesmo não tendo participado diretamente dos projetos de cooperação com a FAO, caracterizam-se por apresentar experiência relevante na política do setor florestal do país, e assim, puderam colaborar no fornecimento de informações e opiniões sobre o impacto das ações da FAO no Brasil. Em Apêndice 2 segue a lista de informantes que colaboraram com a Avaliação de Impacto.
 - Questionário e roteiro de perguntas: se elaboraram questões fechadas (respostas sim/não) que foram agrupadas por tópico, deixando a possibilidade de comentários livres e observações. Este questionário (Apêndice XX) também foi utilizado como roteiro de perguntas para as entrevistas. Os temas foram: I. fortalecimento institucional; II. difusão da informação; III. capacitação técnica; IV. cooperação internacional; V. vantagens comparativas; VI. considerações gerais.

- Quadro de Instrumentos Públicos Globais (GPG): uma planilha que reúne os GPG foi organizada e enviada juntamente com o questionário à lista de contatos, por e-mail, com finalidade de analisar o alcance destes instrumentos no universo do setor florestal brasileiro. A planilha se encontra no Apêndice 3.
 - Quadro de Projetos: a lista dos projetos analisados está apresentado no Quadro de Projetos (Apêndice 3).
8. A avaliação foi realizada no período agosto - outubro de 2010: entrevistas foram realizadas em Brasília, São Paulo, Piracicaba, Recife, Natal e Belo Horizonte. Também ocorreram entrevistas por teleconferência e videoconferência com o Escritório Regional da FAO no Chile. A informação obtida nas entrevistas, através dos questionários e de documentos e relatórios, foi triangulada e representa a base da análise da avaliação.
9. O número total de entrevistas e questionários obtidos foi o seguinte:
- 79 pessoas contatadas;
 - 15 questionários respondidos (19% dos contatados)
 - 31 entrevistas realizadas (39% dos contatados),
 - Total de 39 informantes que colaboraram com a presente avaliação (49% dos contatados).
10. Os informantes incluíram representantes do setor público, privado, centro de pesquisas, universidades e organismos internacionais:
- Setor público: unidades federais e estaduais das instituições brasileiras
 - Setor privado: consultores independentes e empresas, atuantes a nível nacional, estadual e local.
 - Organismos internacionais: entre estes a União Européia, a OTCA e a própria FAO.
 - Organizações da Sociedade Civil: ONGs, Associações de reposição florestal, Sociedades de profissionais.
 - Centros de pesquisa: Universidades e centros de pesquisa como o IPEF.

4 Os recursos florestais no Brasil e o contexto institucional

11. De acordo com o Global Forest Resources Assessment 2010 (FRA 2010), Brasil apresenta-se como o segundo país com maior área florestal no mundo, após a Rússia, e a maior área de floresta tropical do mundo. Aproximadamente 62 por cento (cerca de 520 milhões de hectares) de suas terras está coberta por floresta, dos quais 512 milhões de hectares são florestas naturais, com maior concentração na região Amazônica. Entretanto, as florestas plantadas cobrem aproximadamente 6,7 milhões de hectares, a maior extensão de floresta plantada na América Latina. O Quadro 1 divide a área plantada total pelas espécies florestais principais, destacando os gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, que são as mais utilizadas pelo segmento industrial do setor florestal nacional.

Quadro 1. Área de floresta plantada por espécie principal no Brasil (2008-09)

Grupo de Espécie	Área 2008 (ha)	Participação (%) da Espécie no TOTAL 2008	Área 2009 (ha)	Participação (%) da Espécie no TOTAL 2009
Eucalipto	4.325.430	65,3%	4.515.730	66,5%
Pinus	1.832.320	27,7%	1.794.720	26,5%
Outras Espécies ^{1,2}	469.030	7,1%	472.050	7,0%
TOTAL	6.626.780	100,0%	6.782.500	100,0%

Fonte: ABRAF (2010)

12. Enquanto que eucaliptos e pinus constituem a maioria das espécies nos plantios florestais, outras espécies importantes são plantadas, como mostrado no Quadro 2. Essas espécies têm valor econômico e a sua importância tem crescido dentro do setor florestal.

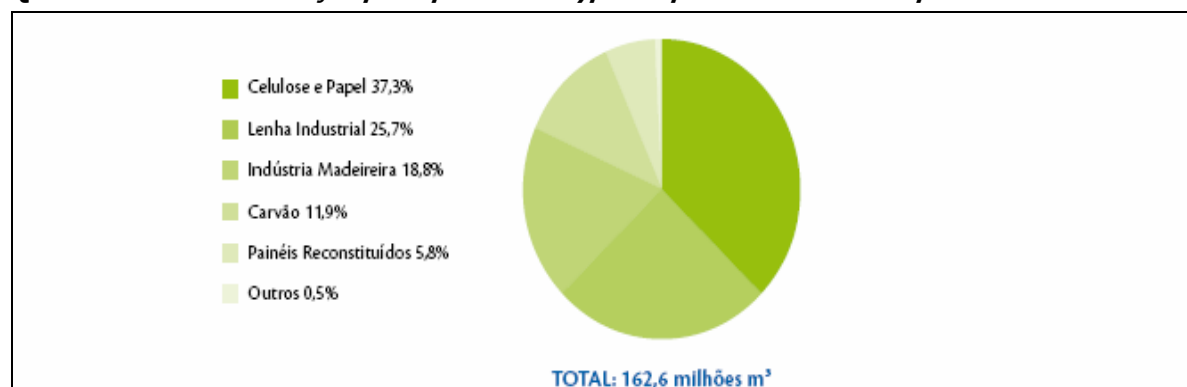
Quadro 2. Outras espécies florestais, suas áreas, localização e utilização principal (2008-09)

Grupo de Espécies	Nome Científico	Principais Estados c/ Plantio	Área em 2008 (ha)	Área em 2009 (ha)	Principais Usos
Acácia	<i>Acacia meamsii</i> e <i>Acacia mangium</i>	RS, RR	181.780	174.150	Madeira: energia, carvão, cavaco p/ celulose, painéis de madeira Tanino: curtumes, adesivos, petrolífero, borrachas
Seringueira ¹	<i>Hevea brasiliensis</i>	Amazônia	129.850	128.460	Madeira: energia, celulose Seiva: Borracha
Paricá	<i>Schizolobium amazonicum</i>	PA, MA	80.180	85.320	Lâmina e compensado, forros, palitos, papel, móveis, acabamentos e molduras
Teca	<i>Tectona grandis</i>	MT, AM, AC	58.810	65.240	Construção civil (portas, janelas, lambris, painéis, forros), assoalhos e decks, móveis, embarcações e lâminas decorativas
Pinheiro-do-Paraná ou Araucária	<i>Araucaria angustifolia</i>	PR, SC	12.520	12.110	Serrados, lâminas, forros, molduras, ripas, caixotaria, estrutura de móveis, fósforo, lápis e carretéis
Pôpulus	<i>Populus spp.</i>	PR, SC	4.020	4.030	Fósforos, partes de móveis, portas, marcenaria interior, brinquedos, utensílios de cozinha
Outras ²	-	-	1.870	2.740	-
TOTAL			469.030	472.050	-

Fonte: ABRAF (2010)

13. A utilização principal das florestas plantadas no Brasil é para celulose, lenha industrial e indústria madeireira. No setor da celulose, o Brasil é primeiro líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalyptus. O Quadro 3 mostra como produção de carvão vegetal representa o 12% da utilização das plantações de eucalyptus e pinus. Este carvão vegetal é uma componente chave da indústria siderúrgica brasileira na produção de ferro gusa (pig iron).

Quadro 3. Utilização principal do eucalyptus e pinus como matéria prima



Fonte: ABRAF (2010)

14. Os produtos florestais produzidos a partir de madeira oriunda de plantios florestais constituem uma parte importante das exportações brasileiras, às quais contribuem com 4% do valor total. O Quadro 4 apresenta o crescimento constante do valor dos produtos de plantios florestais nos anos 2000-2009, com a única queda entre 2008 e 2009, que foi atribuída à crise global e ao enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos. Os produtos principais da exportação são o papel e a celulosa.

Quadro 4. Evolução da balança comercial de produtos florestais oriundos de plantios florestais no Brasil (2000-2009)



Fonte: ABRAF (2010)

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

15. Desde 2007, a estrutura institucional das florestas nacionais está enfocada nas Unidades de Conservação que estão subordinadas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Segundo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC ([Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000](#)), uma Unidade de Conservação se define como: "Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".
16. There exists a system of classification of Conservation Units (CU) which creates two large groups: i) Units of Integral Protection (for example, the National Park system) that can only be managed for research purposes and where visits must have a limited human impact. Their main aim is to ensure preservation with reduced external influence; and ii) Sustainable Use Units (for example, the National Forests) can be managed to allow conservation of the natural resources and sustainable human use. Currently there are 304 Conservation Units nationally with cover an area of 77 million hectares, 8.2 percent of the national territory. Box 5 presents their spatial distribution.
17. Existe um sistema de classificação das Unidades de Conservação, articulado em dois grandes grupos: i) Unidades Proteção Integral, por exemplo o sistema de Parques Nacionais, destinado a pesquisa e onde as visitas devem ter uma limitada intervenção antrópica. O objetivo é preservar com influencia externa limitada; ii) Unidades de Uso Sustentável, por exemplo as Florestas Nacionais, destinadas a conservação dos recursos naturais, e limitado uso sustentável. Atualmente existem 304 de Unidades de Conservação a nível nacional, que cobrem uma área total de mais de 77 milhões de hectares, cerca de 8,2% do território brasileiro. O Quadro 5 visualiza a respectiva localização.

Quadro 6. Florestas comunitárias, por categoria, número e tamanho

Categoria	Hectarias
Reserva Extrativista - RESEX	12.293.296
Reserva de Desenvolvimento Sustentável-RDS	64.441
Terra Indígena	105.672.003
Projeto de Assentamento Florestal-PAF	92.720
Programa de Assentamento Agroextrativista-PAE	7.426.176
Programa de Desenvolvimento Sustentável – PDS	2.655.564
Total	128.204.200

Fonte: MMA, Brasil (2010) ; FUNAI (2009) ; SFB (2010)

Desmatamento

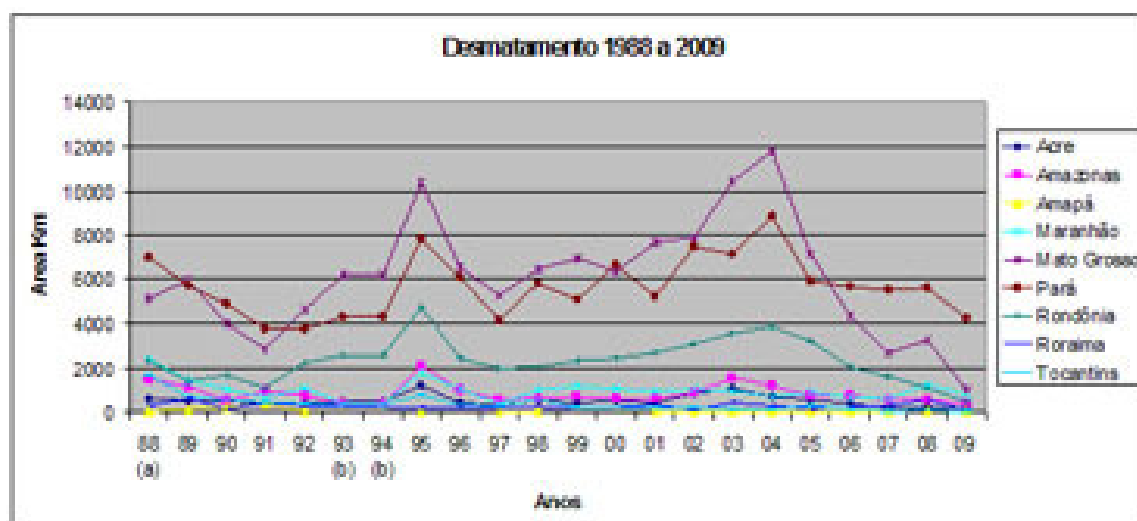
21. O Governo brasileiro tem adotado ações para controlar a taxa de desmatamento, especialmente na região amazônica. Primeiro, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE utiliza imagens satelitares para monitorar a taxa e a distribuição geográfica do desmatamento da Amazônia Legal. O Quadro 7 mostram que houve uma redução forte na taxa de desmatamento durante a última década. A área de floresta desmatada baixou de quase 20,000 km quadrados no ano 2000 até aproximadamente 7,500 km quadrados em 2009. Entre 2008 e 2009, a taxa de diminuição do desmatamento foi de 42%.

Quadro 7. Taxas de desmatamento anual na Amazônia Legal (km²/ano)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
18226	18165	21651	23396	27772	19014	14286	11651	12911	7464

Fonte: http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2009.htm

22. Desde quando o INPE introduziu o seu sistema de monitoramento, a taxa de desmatamento baixou constantemente, especialmente a partir de 2004. Isso sugere que os esforços do governo tiveram um impacto. Nos nove estados que constituem a Amazônia legal, reduções parecidas nas taxas de desmatamento foram também registradas, principalmente naqueles estado onde o desmatamento era mais forte (Mato Grosso diminuiu de 68% e Pará baixou de 24%). O Quadro 8 ilustra esta redução nos níveis estaduais de desmatamento entre 1988 e 2009.

Quadro 8. Desmatamento no Período de 1988-2009

Source: www.obt.inpe.br/prodes

5 O Setor Florestal Brasileiro

5.1 O Setor Florestal Brasileiro até o fim dos anos 90¹

23. No início da década de 60 foi criado o primeiro curso de engenharia florestal no Brasil que teve o apoio da FAO e os primeiros engenheiros florestais graduaram-se em 1964. A década de 60 é marcada, também, por uma completa reestruturação do setor público florestal. Essa reestruturação é parte das reformas institucionais por que passou a gestão pública brasileira como um todo. No que diz respeito ao setor público florestal, pode-se citar a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, em 1967, que resultou da fusão de diferentes órgãos que cuidavam das atividades florestais. Os ajustes institucionais se estenderam durante a década de 70, quando foi promulgada a lei de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento.
24. A política de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento tinha como objetivo a oferta de madeira em grande escala e de forma contínua, que contribuiria para a expansão, da indústria de papel e celulose, e para a transformação do Brasil de país importador em exportador desses produtos. Através dessa políticas, a década de 70 é marcada pelo 'boom' dos grandes plantios florestais e a implantação da indústria de papel e celulose. Esses plantios ocorreram em sua grande maioria nas regiões Sul e Sudeste com total predominância de espécies dos gêneros eucalyptus e pinus.
25. A partir dos anos 80 verifica-se uma nova grande mudança a qual pode ser considerada como a segunda grande revolução do setor florestal brasileiro. As funções ecológicas e ambientais dos recursos florestais passam a se sobrepôr à visão predominantemente utilitária das florestas como fontes produção de madeira. Essa mudança acompanha a tendência observada mundialmente. Assim, os recursos florestais passam a ser enfocados como capazes de prover outros bens e serviços que não só a madeira.
26. Além disso, com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988 e o início do processo de descentralização que está ainda em curso no Brasil, a competência para legislar sobre os recursos florestais deixa de ser uma atribuição exclusiva do governo federal e passa a permitir que os estados, municípios e o Distrito Federal também possam legislar em temas florestais. Outros eventos conseqüentes foram, em 1989, a extinção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF² e da legislação que concedia incentivos fiscais para o reflorestamento, junto à criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA que passa a responder pelas atribuições do extinto IBDF.
27. É importante comentar que neste período, o Brasil passa por momentos de expressão social bastante intensa, onde há forte presença do movimento ambientalista que denuncia e chama atenção da sociedade para os impactos negativos do "desenvolvimento a qualquer custo". Ao longo dos anos 90, este movimento deixa de ser exclusivamente de denúncia, para agir em diversos setores, influenciando um processo de institucionalização de projetos específicos de conservação, proteção e restauração florestal dos diversos ecossistemas brasileiros³.
28. Em 1992 foi criado o Ministério do Meio Ambiente – MMA ao qual o IBAMA está subordinado. Todas essas mudanças podem ser atribuídas como um reflexo das discussões, conclusões e recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), popularmente conhecida como Rio-92. Com respeito especificamente ao tema florestal foi estabelecido o Painel Intergovernamental de Florestas (IPF) o qual funcionou no período de 1995 a 1997 sendo posteriormente substituído pelo Fórum Inter-governamental de Florestas (IFF) de 1997 a 2000.
29. A partir da Rio-92 o tema florestal passa a ser uma prioridade na agenda internacional. Em 1995 foi estabelecida uma Força Tarefa Inter-agência de Florestas (ITFF) que tinha como objetivo coordenar os 'inputs' das organizações internacionais nas políticas florestais, para avançar com políticas de proteção dos recursos florestais e para que os países elaborassem e implementassem programas nacionais de florestas e/ou planos para o manejo, conservação e desenvolvimento

¹ O texto desse item baseou-se em Kengen 2001, "Política Florestal Brasileira: Uma perspectiva histórica"

² Além do IBDF, também, foram extintos a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, a Superintendência da Borracha – SUDHEVEA e a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Assim o IBAMA é a resultante da fusão desses quatro órgãos

³ Viola et al. 1997; Cordeiro-Beduschi, 2003

sustentável dos recursos florestais. As agências internacionais foram conclamadas para cooperarem com os países em desenvolvimento na elaboração de seus respectivos programas nacionais de floresta.

30. No final de década de 90 no Brasil se elabora o Programa Nacional de Florestas – PNF com a colaboração efetiva da FAO. O PNF é lançado no início de 2000. A edição do PNF pode-se considerar como um marco na retomada de uma cooperação mais efetiva da FAO com o Brasil no setor florestal depois de cerca de uma década na qual a cooperação da FAO com o Brasil, na área florestal, foi reduzida quando comparada com a que teve lugar no passado.

5.2 O Setor Florestal entre 2000 e 2010

31. Segundo Bacha (2004), a redução do ritmo de reflorestamento nos anos 90 e a continuidade de expansão das indústrias de base florestal faz o Brasil se deparar com um novo dilema na primeira década do século 21: a falta de madeira de reflorestamento. Esta escassez afeta basicamente pequenas empresas, particularmente do setor de serrarias que não possuem recursos financeiros e estrutura suficientes para o plantio de florestas. O Governo Federal assume a escassez futura de madeira oriunda de reflorestamento no Brasil, como já havia sido alertada por estudiosos e organizações que representam o setor, e comprovado nos relatórios do Plano Agrícola e Pecuário de 2002/2003, que se referia ao Programa de Plantio Comercial de Florestas – PropFlora⁴. A constatação de Bacha resume a preocupação que tem permeado o setor florestal brasileiro e que de certa forma deu impulso aos programas e políticas na esfera pública que se destacaram ao longo dos anos até a presente situação.
32. Como já citado, o maior destaque para este período foi o lançamento em 2000 do Programa Nacional de Florestas (PNF), buscando promover o desenvolvimento florestal sustentável conciliando o uso dos recursos com a proteção dos ecossistemas, na tentativa de compatibilizar a política florestal com as demais políticas públicas de governo e, estimulando o fortalecimento institucional do setor. O PNF foi criado pelo Decreto No. 3420 de 20/4/2000 e tem como objetivo central a articulação das políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras.
33. Cabe ressaltar, que o setor produtivo florestal se preocupava em resgatar e superar os entraves na economia florestal, herdados da extinção do programa de incentivos fiscais para o reflorestamento e a não edição de outro instrumento de política florestal. Por outro lado, , os índices de desmatamento eram alarmantes, principalmente no período compreendido entre 1990 e 2000. Nesse período o desmatamento foi da ordem de 22 milhões de hectares no Brasil, enquanto que, em outros países, como o Canadá, Japão e os USA aumentaram as suas áreas cobertas por florestas, a Guiana Francesa e o Suriname, por seu turno, mantiveram as suas áreas florestais inalteradas⁵.
34. O desmatamento no Brasil não é um fato recente, ao contrário ele tem ocorrido ao longo de sua história a semelhança do que ocorreu no hemisfério americano como um todo. Apesar das atenções serem, atualmente, centradas no desmatamento que ocorre na Amazônia Legal, esse processo tem se verificado, também, em outros biomas, como por exemplo, no Cerrado e na Caatinga e, particularmente, na Mata Atlântica desde início do processo de colonização do Brasil.
35. Os problemas decorrentes da fragilidade do setor florestal brasileiro constituem um grande desafio do setor público quanto ao processo de reestruturação institucional em andamento. Como conciliar desenvolvimento florestal com a conservação dos recursos florestais não é uma tarefa fácil nem tem uma solução única. Neste sentido, vários foram os temas emergentes em discussão no período entre 2000 e 2010⁶, entre os quais se destacam os seguintes:
 - Elaboração do Programa Nacional de Florestas – PNF ;
 - Lei de Gestão de Florestas Públicas;
 - Critérios e indicadores de sustentabilidades (Processo de Tarapoto);
 - Reversão do quadro desmatamento e queimadas;
 - Alterações no Código Florestal;
 - Agenda Positiva para o Setor Florestal na Amazônia;

⁴ Síntese do Plano Agrícola e Pecuário 2002/2003, p. 4, <http://www.conab.gov.br>

⁵ Comissão Mundial Florestal da FAO (COFO) 2001

⁶ FAO, 2002; MMA, 2010

- Criação de novas unidades de conservação.
36. A Lei No. 11284 de 02/03/2006 “Gestão de Florestas Públicas” dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, institui o Serviço Florestal Brasileiro - SFB, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. O SFB tem como missão conciliar uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras, por meio da gestão de florestas públicas, da construção de conhecimento, do desenvolvimento de capacidades e da oferta de serviços especializados. O SFB tem concentrado esforços no sentido de implementar o processo de concessão. Vale salientar que todo esse processo de concessão florestal está sendo desenvolvido em Florestas Nacionais localizadas na região Amazônica.
 37. É evidente o destaque que se dá ao SFB, pela expectativa quanto a efetiva implantação do sistema de Concessão Florestal. Esse destaque pode ser atribuído, dentre outras coisas, ao fato de ser algo novo no cenário florestal brasileiro e, portanto, um grande desafio tendo em vista que o sistema de concessões florestais tem sido questionado, em escala mundial, quanto aos seus reais impactos positivos. No entanto, espera-se que esse sistema venha a contribuir efetivamente para o manejo florestal sustentável na Amazônia Brasileira.
 38. O SFB vem executando outras atividades, dentre as quais a elaboração do Inventário Florestal Nacional – IFN, cuja metodologia foi concluída em 2009, com apoio da FAO (Projeto TCP/BRA/3103+3302), e o Sistema de Informações Florestais que contribuirá para a definição do PIB florestal em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
 39. Em 2007, baixo o argumento de focar mais especificamente na conservação e gestão ambiental brasileira, ao nível federal ocorre se desmembra o IBAMA e se cria, pela Lei No. 11516 de 28/8/2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com a atribuição de realizar a gestão de 304 Unidades de Conservação, propor a criação de novas áreas protegidas e apoiar aproximadamente 500 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). A instituição ainda é responsável por definir e aplicar estratégias para recuperar o estado de conservação das espécies ameaçadas por meio dos Centros Especializados de Pesquisa e Conservação. O IBAMA, por sua vez, ficou como o órgão federal responsável pela fiscalização, monitoramento e licenciamento ambiental. Ambos são autarquias de âmbito federal, vinculados ao MMA e ao Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA. Além do IBAMA e do ICMBio, há também no âmbito do MMA a Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SFB, que tem em sua estrutura o Departamento de Florestas - DFLOR, o qual coordena o PNF.
 40. Pela breve descrição acima pode-se observar que há uma pulverização quanto a gestão do setor público florestal, em nível federal, não obstante todos os órgãos referidos estejam sob o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Deve-se considerar ainda que está em curso um processo de descentralização o qual transfere a gestão florestal pública para a responsabilidade dos estados, incluindo o Distrito Federal, e municípios de acordo com a norma constitucional.
 41. De fato, o setor florestal brasileiro, ao longo da história, tem se destacado pela dificuldade de se definir institucionalmente e se manter como um setor estável e, consequentemente foi bastante sensível às mudanças que ocorrem no governo. Nesse contexto, são extintos e criados novos órgãos que muitas vezes não dialogam entre si. O principal reflexo deste processo de mudanças tem sido a descontinuidade de projetos e programas, por exemplo, o sistema de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento foi extinto e não houve a adoção ou a edição de um novo instrumento de política florestal. Deve-se destacar, também, que embora haja um esforço em promover o diálogo do setor público florestal, a comunicação interministerial e com outras instituições públicas, pode ser considerado incipiente. Um dos exemplos dessa falta de um diálogo mais efetivo é o que ocorre com o INCRA, que é o órgão responsável pelo processo de reforma agrária: os assentamentos da reforma agrária têm sido alvo constante de denúncias de promoverem o desmatamento.
 42. A atenção do governo federal quanto a questão florestal tem se concentrado em ações voltadas para promover o manejo florestal sustentável na Amazônia Brasileira. Não obstante a importância ambiental do bioma amazônico, o Brasil dispõe de outros biomas também muito importantes e frágeis, como é o caso da Caatinga e o Cerrado, os quais não têm merecido a mesma atenção. Assim se pode afirmar que um dos grandes desafios da política florestal é o de promover o

desenvolvimento florestal desses biomas dentro do mesmo contexto que serve de parâmetro para o bioma amazônico.

43. O que se percebe é que a política pública florestal tem como principal desafio contemplar um novo paradigma do uso sustentável das florestas. No Quadro 9 são comparados os paradigmas que marcam as fases do setor florestal, segundo Azevedo & Leite (2005). Aliado a isso se deve ter em mente a abrangência territorial dos programas, planos e projetos no sentido de levar aos estados as oportunidades que o setor florestal oferece, com o comprometimento da capacitação e extensão florestal.

Quadro 9. Velhos e Novos paradigmas no setor florestal brasileiro.

Mudança de paradigma no reflorestamento para o abastecimento da indústria de celulose e papel	
Velho paradigma	Novo Paradigma
Quase a totalidade de produção própria	Incorporação do pequeno e médio produtor em até 30% do abastecimento
Somente plantio monocultural	Incorporação de sistemas integrados, incluindo culturas agrícolas, silvicultura e pecuária
Ocupação de solos de alto potencial agrícola	Ocupação de terras marginais e áreas degradadas
Ciclo curto (7anos) para produção exclusiva de madeira celulose	Incorporação de ciclos mais longos para a produção de uso múltiplo (de 14 a 21 anos)
Fomento ao pequeno produtor vinculado às empresas consumidoras	Fomento com ATER e crédito público com maior liberdade para produtor rural

Fonte: Baseado em Tasso & Leite (2005) e comunicação direta com os autores.

44. Em síntese, o que se pode relatar sobre o principal enfoque das políticas públicas para o setor nesta nova década é a mudança de paradigma no setor florestal, em busca do estabelecimento de linhas de ação que integrem a produtividade florestal, para atender à demanda da indústria, e a sustentabilidade sócio-ambiental. Na esfera pública, o governo tem investido no controle do desmatamento na Amazônia e na promoção da participação da sociedade civil. O exemplo desta integração se destaca através do sistema de concessão florestal recentemente implementada. Na esfera privada, a busca por opções sustentáveis na produtividade está em diálogo com a adoção de critérios sócio-ambientais.
45. Cabe ainda ressaltar o forte debate sobre as mudanças propostas para a reforma do Código Florestal (Lei 4.771/1965), para que o Brasil tenha uma legislação coerente com a atividade agropecuária e florestal, ao mesmo tempo que diminuam as taxas de desmatamento. As mudanças na legislação poderão estimular a introdução da atividade florestal dentro do contexto das atividades agropecuárias. Neste sentido, a política florestal poderá fazer com que o proprietário rural perceba na atividade florestal, não um impedimento na produtividade, mas sim uma atividade econômica viável e sustentável.

6 Intervenções da FAO no Setor Florestal no Brasil

6.1 Antecedentes da Cooperação da FAO com o Brasil no Setor Florestal

46. A cooperação da FAO com o Brasil na área florestal vem ocorrendo desde os anos 1950, conforme pode ser analisado na figura da Linha do Tempo - Apêndice 3. Com o término da II Grande Guerra Mundial a reconstrução da Europa no pós-guerra demandava uma grande quantidade de insumos, dentre os quais a madeira. Nesse contexto, a FAO assumiu o desenvolvimento florestal como uma atividade propulsora do desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento, particularmente os dotados de vastos recursos florestais como o Brasil, enfatizando o seu importante papel no suprimento de produtos florestais.
47. O desenvolvimento florestal baseava-se na exploração madeireira. Nesse sentido a FAO oferecia assistência técnica aos países que lhe solicitassem. O governo brasileiro desejoso de promover o

- crescimento econômico foi um dos que solicitaram a cooperação. Assim, a FAO enviou ao Brasil, na década de 1950 uma Missão no sentido de promover o desenvolvimento florestal, com foco na exploração florestal da Amazônia. Ainda nos anos 50 o Brasil recebeu a Missão da FAO/CEPAL, que tinha como objetivo principal promover a implantação da indústria de papel e celulose na América Latina (ABEF, 1959).
48. Além dessas Missões, duas atuações da FAO merecem um destaque especial. A primeira diz respeito ao seu importante papel no estabelecimento da primeira faculdade de Engenharia Florestal na década de 60. Essa primeira escola de Engenharia Florestal foi inicialmente estabelecida na Universidade Federal de Viçosa em Minas Gerais, posteriormente transferida para a Universidade Federal do Paraná.
 49. A segunda foi o desenvolvimento e implantação do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal (PRODEPEF - BRA/045), nos anos 1970. O PRODEPEF pode ser considerado como sendo um marco da cooperação da FAO com o governo brasileiro no sentido de promover o desenvolvimento florestal. Cabe destacar, dentre outros resultados positivos do PRODEPEF, a criação do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) que, dentre outras atividades, identificou e catalogou mais de 300 espécies florestais da região Amazônica. Atualmente o LPF está subordinado ao SFB.
 50. Muitas das pesquisas florestais e atividades desenvolvidas no âmbito do PRODEPEF ainda são utilizadas nos dias atuais, assim como parte da equipe que foi transferida para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), dando origem a EMBRAPA Florestas, localizada no sul do país (Colombo, Estado do Paraná). Esta unidade juntamente com outras que se encontram nas regiões norte, centro e nordeste do Brasil, incluíram a pesquisa florestal e/ou agroflorestal em sua programação, uma vez que não há como se trabalhar com desenvolvimento rural sustentável sem considerar a floresta como componente importante para o ambiente e para a sustentabilidade econômica em propriedades rurais e regiões.
 51. Nesse contexto, pode-se assumir que a FAO teve uma grande e positiva contribuição no desenvolvimento do setor florestal brasileiro desde a década de 60 e até os dias atuais. Entretanto, os fatos relevantes citados acima e a análise a seguir nos indicam a evolução desta cooperação com o Brasil.

6.2 *Cooperação da FAO com o Brasil a partir de 1980*

52. Ao longo do tempo a FAO sempre esteve presente contribuindo para o desenvolvimento do setor florestal brasileiro, entretanto, a sua participação variou segundo o quadro institucional da gestão florestal pública brasileira e conforme os recursos obtidos para a realização dos projetos.
53. A cooperação da FAO foi muito valiosa no processo de desenvolvimento florestal brasileiro na década de 80, até a extinção da Lei de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento. Quando surge a pressão dos grupos ambientalistas no sentido de valorizar os recursos florestais dentro de uma ótica preservacionista e não mais utilitarista, os projetos apoiados pela FAO acompanham a mudança de postura do governo brasileiro quanto aos recursos florestais e a sua exploração.
54. Neste período tem lugar a implementação do Projeto de Desenvolvimento Florestal do Nordeste do Brasil⁷, importante intervenção da FAO dentro do modelo 'clássico' de cooperação: se estabelece uma equipe com um diretor internacional e um coordenador nacional, além de consultores nacionais e internacionais. Os estudos realizados pelo projeto permitiram, dentre outras coisas, o desenvolvimento de técnicas de manejo florestal para a Caatinga e o estabelecimento de índices de consumo específico para os principais ramos consumidores de lenha e carvão vegetal no Nordeste. O projeto também contribuiu para viabilizar a construção de capacidades técnicas institucionais por meio da capacitação de gestores públicos e para o estabelecimento de políticas públicas considerando a realidade e as necessidades locais.
55. Os resultados destes projetos contribuíram para a edição da primeira instrução normativa para o manejo florestal da Caatinga, e não ficaram restritos ao setor público: foram desenvolvidas importantes parcerias e contribuições junto às várias organizações da sociedade civil. Como exemplo, a Associação de Plantas do Nordeste (APNE), organização não-governamental

⁷ TCP/BRA/2202, BRA/82, GCP/BRA/030/USA

- representando organizações locais e o setor privado (empresas e siderurgias) em parceria com o IBAMA, desenvolveram o Plano de Manejo Florestal para a Produção Sustentável de Lenha em Assentamentos Rurais do Semi-Árido Nordeste.
56. Outro resultado foi que as atividades tiveram financiamento de outras fontes e posteriormente pelo PNUD/GEF. Toda essa continuidade de ações apoiadas por instituições internacionais teve como resultado positivo iniciativas que hoje se sustentam através de uma rede de organizações locais para o manejo das espécies da Caatinga que se destinam à produção de carvão vegetal, gesso, sementes para recuperação florestal e outros produtos beneficiados para o mercado local. Durante este período estas ações tiveram o apoio e acompanhamento do IBAMA e das secretarias estaduais vinculadas à questão ambiental.
57. No decorrer dos anos 90 nota-se a reduzida cooperação técnica da FAO no setor florestal em outras regiões do Brasil, quando comparada com as décadas de 60 e 70. No entanto, a presença da FAO ainda assim foi capaz de apoiar projetos que fortaleceram o setor florestal, influenciando uma nova tendência da política pública nacional, a partir do suporte à "Agenda Florestal Brasileira" e da "Agenda Positiva para o Setor Florestal"⁸.
58. Os projetos acima mencionados foram precursores do Programa Nacional de Florestas (PNF) lançado em 2000 (Decreto No. 3420/2000). A partir de 2000 a importância e o impacto positivo do PNF para o setor florestal brasileiro é incontestável. É inegável, também, a importância da FAO no apoio às instituições para a elaboração de tão importante instrumento de política florestal. Os projetos apoiados pela FAO contribuíram com a elaboração da Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei No. 11284/2006) que dentre outros dispositivos criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.
59. Atualmente a cooperação da FAO com o Brasil no setor florestal está fortemente vinculada ao Ministério de Meio Ambiente e seus órgãos vinculados, principalmente o SFB, os quais vêm conduzindo os principais projetos. Estes são a implementação do Inventário Florestal Nacional – IFN⁹ e "Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira" em desenvolvimento ao longo da Rodovia BR-163¹⁰. Além destes, finalizou-se recentemente o projeto "Mata Atlântica"¹¹, que direcionou esforços para a elaboração de um novo marco legal para este bioma.
60. A cooperação da FAO se dá a partir de uma série de TCPs, GCPs e UTF, contando com recursos da FAO mesma, internacionais e do Governo brasileiro, apoiando as equipes do MMA e do SFB na descentralização da política florestal ao nível de Estados e Municípios e das linhas de ação do PNF. Destaca-se o projeto NFP Facility (2007 a 2010) que possibilitou uma série de atividades que contribuiu com a capacitação de gestores públicos e organizações da sociedade civil na descentralização das ações do PNF, contando principalmente com as equipes das regiões do norte e nordeste.
61. As principais ações vêm sendo conduzidas para o sucesso das Concessões Florestais, a partir do manejo florestal comunitário, para a implementação de um sistema nacional de informação florestal, Inventário Florestal Nacional (IFN), contabilidade florestal e para um maior controle dos problemas de desmatamento na região amazônica.
62. Paralelamente, são desenvolvidos projetos de nível regional em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com destaque à cooperação entre os países amazônicos, onde foram estabelecidos indicadores de sustentabilidade da floresta amazônica, com destaque ao monitoramento do desmatamento para a conversão da cobertura florestal para outros fins, em que o governo brasileiro vem apresentando avanços desde 2004 com a parceria junto aos órgãos de controle e monitoramento.
63. O que se deve ressaltar é que a atual cooperação da FAO com o Brasil se dá de forma diferente de como tradicionalmente ocorria no passado. Um elemento importante nisso foi a mudança radical que ocorreu na forma de atuação da FAO na cooperação técnica a partir de 2002, quando os projetos UTF, passam a não mais permitir o apoio técnico de consultores e expertos dos organismos internacionais para dar suporte aos projetos. No contexto da modalidade UTF, a presença da FAO está limitada a gestão administrativa-financeira dos projetos, com reduzida

⁸ TCP/BRA/6712 e UTF/BRA/047/BRA

⁹ TCP/BRA/3103+3202 e GCP/BRA/073/GEF

¹⁰ GCP/BRA/070/EC

¹¹ GCP/BRA/061/WBK

colaboração técnica florestal. Não obstante essa mudança, no setor florestal não se pode negar que a cooperação da FAO tem sido de grande valia principalmente para o desenvolvimento das linhas de ação do Programa Nacional de Florestas.

64. Os principais projetos de cooperação da FAO com o Brasil no setor florestal desde a década de '80 são destacados no Quadro 10 abaixo.

Quadro 10. Relação de Projetos da Cooperação FAO com o Brasil no Setor Florestal apartir de 1980.

Década de 80 – enfoque no desenvolvimento Florestal	Título do Projeto
<i>BRA/045 (PRODEPEF)*</i>	Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal
<i>BRA/82</i>	Forestry Development in Brazil
<i>TCP/BRA/2202</i>	Forestry Development in Northeast of Brazil
Década de 90 – enfoque na conservação dos rec. florestais	Título do Projeto
<i>GCP/BRA/030/USA</i>	Integrated Forestry Development in the Northeast of Brazil
<i>GCP/BRA/054/WBG</i>	Grant for the Preparation of the Expansion of a System of Strict Protected Areas in the Amazon Region of Brazil
<i>TCP/BRA/0154</i>	Training for Development of a National Forest Reserves System
<i>TCP/BRA/6712</i>	Support to Brazil Forestry Agenda
<i>UTF/BRA/047/BRA</i>	Agenda Positiva para o Setor Florestal
<i>BRA/87/007/ - 01/12**</i>	Forestry Development (Northeast of Brazil)
A partir de 2000 – enfoque no manejo sustentável das florestas	Título do Projeto
<i>GCP/RLA/133/ EC (2000 - 2003)</i>	Information and Analysis for Sustainable Forest Management in 12 Tropical Countries in Central and South America
<i>GCP/BRA/061/WBK (2004 - 2009)</i>	Technical Assistance for the Preparation and Initiation of the Atlantic Forest Programme in Brazil (Mata Atlantica)
<i>GCP/BRA/070/EC (2007 –2011)</i>	Management of Forests, Support to Sustainable Production and Strengthening of Civil Society in the Brazilian Amazon - "BR 163"
<i>GCP/BRA/073/GFF (2009)</i>	Strengthening National Policy and Knowledge Frameworks in Support of Sustainable Management of Brazil`s Forest Resources (PPG)
<i>TCP/BRA/ 2802+ 2902 (2002 – 2004)</i>	Apoyo al Proyecto de Consolidacion de los Instrumentos Politicos, Institucionales y Estrategicos para la Ejecucion del Programa Nacional de Bosques (recoded from TCP/BRA/2802 and thereafter from TCP/BRA/2902)
<i>TCP/RLA/ 3007 (2004 – 2006)</i>	Validación de 15 indicadores priorizados de sostenibilidad del bosque amazónico
<i>TCP/RLA/ 3010 (2004 – 2006)</i>	Apoyo al desarrollo de una estrategia regional de cooperación para la prevención, control y combate de incendios forestales
<i>TCP/BRA/ 3103+ 3202 (2008 – 2010)</i>	Establishing Methodological Basis and Building Partnerships for Brazil's National Forest Inventory
<i>TCP/RLA/ 3208 BABY02 (2009 – 2010)</i>	TCP Facility - Baby Project 02 - Sanidad florestal en los paises del cono sur
<i>Facility PNF (2007 – 2010)</i>	Mecanismo de Apoio ao Programa Nacional de Florestas
<i>UTF/BRA/062/BRA (2004 – 2010)</i>	Project for Consolidation of Policy and Institutional Instruments for the Implementation of the National Forest Programme – PNF
<i>UTF/BRA/081/BRA (aprovado em 2010)</i>	The National Forest Programme Consolidation Project

* PRODEPEF – Projeto realizado na década de 70 até início da década de 80.

** Este projeto foi realizado na região nordeste, fortalecendo a pesquisa e gerando planos de manejo do semiárido (Caatinga). As equipes também desenvolviam projetos iniciados durante o PRODEPEF (BRA/045).

65. A seguir, são comentados os principais parceiros, projetos e temas da cooperação da FAO com o Brasil no Setor Florestal a partir de 1980

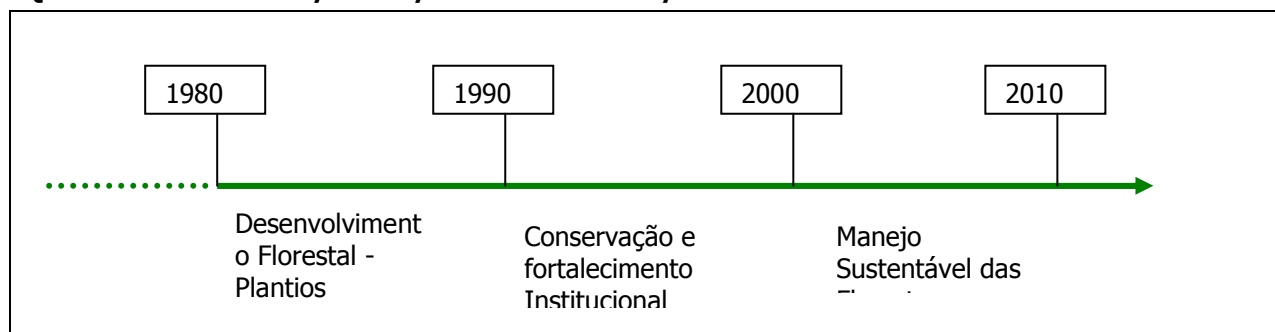
6.3 Principais parceiros da Cooperação Técnica

66. Nas primeiras décadas da colaboração FAO-Brasil no setor florestal, a cooperação foi muito intensa com o IBDF. Com a extinção desse órgão, no final da década de 80, a FAO passa a atuar juntamente com o IBAMA, especialmente para desenvolver e finalizar o projeto na região Nordeste. Na década de 90 a FAO passa a atuar fortemente com o MMA e particularmente com o SFB, continuando o seu apoio às instituições nacionais que vem sendo extinguidas e criadas pelo Governo.
67. No final da década de 90 se destaca também a atuação do Escritório da FAO para a América Latina e Caribe (FAO RLC) para o desenvolvimento de projetos nacionais e regionais. Entre estes, pode-se citar o projeto Grant for the Preparation of the Expansion of a System of Strict Protected Areas in the Amazon Region of Brazil com enfoque na gestão de áreas protegidas na região Amazônica e o TCP junto a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), para a validação de 15 indicadores priorizados de sustentabilidade da floresta Amazônica¹².
68. A parceria da FAO com o MMA se fortalece em 2000 e intensifica-se a partir de 2005. Os principais vínculos diretos dos projetos em andamento se realizam principalmente junto ao SFB, o Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica (NAPMA/MMA), importante parceiro governamental do Projeto Mata Atlântica além de outros vínculos indiretos com o IBAMA e demais secretarias do MMA.

6.4 Principais Temas abordados pela FAO

69. Os principais temas abordados pela FAO no setor florestal brasileiro variaram ao longo da sua cooperação com o Brasil. Pode-se afirmar que essa variação tem acompanhado a abordagem política e as tendências do setor, bem como a política de desenvolvimento brasileira. O Quadro 11 ilustra esta trajetória com os principais temas apoiados pela FAO no Brasil.

Quadro 11. Temas apoiados pela FAO no Brasil a partir de 1980 no Setor Florestal



Fonte: equipe da Avaliação

70. Durante a década de 80 a concessão de incentivos fiscais para o plantio ainda estava efetivo, embora o sistema já apresentasse sinais de exaustão e era alvo de muitas críticas. Segundo os seus críticos o sistema contribuía para a concentração da propriedade da terra. Por outro lado, os ambientalistas o consideravam nocivo ao ambiente por estimular a monocultura, em larga escala, de espécies exóticas. Esses plantios tinham como objetivo principal atender a demanda de madeira para o setor industrial, particularmente o de papel e celulose.

¹²

Respetivamente GCP/BRA/054/WBG e TCP/RLA/3007

71. Extinto o sistema de concessão de incentivos fiscais para o reflorestamento, no final dos anos 80 e ascensão do movimento ambientalista, há uma mudança de foco quanto a importância dos recursos florestais. Nesse novo contexto os aspectos ambientais e ecológicos dos recursos florestais passam a ser priorizados. Na segunda metade da década de 90 a FAO, depois de cerca de uma década de uma atividade reduzida no Brasil, retoma a sua cooperação no sentido de contribuir para o fortalecimento do setor público florestal e viabilizar um equilíbrio entre desenvolvimento florestal e conservação. O marco dessa retomada pode ser assumido como sendo a edição do PNF que em sua elaboração teve um forte apoio da FAO.
72. Seguindo a tendência mundial e a política nacional, o papel da FAO nessa primeira década do século 21 tem sido no sentido de contribuir para que a utilização dos recursos florestais possa atender as demandas econômicas, sociais e ambientais.

7 A percepção do setor florestal brasileiro com respeito à FAO

73. A seguir são detalhados os cinco temas discutidos com os informantes, buscando conhecer as percepções e as expectativas do setor florestal brasileiro com a FAO, assim como o impacto da atuação da FAO a partir de 1980.

7.1 Fortalecimento Institucional

74. Analisando-se os questionários respondidos e as entrevistas, se pode observar que há um conhecimento generalizado da cooperação da FAO com o Brasil no setor florestal brasileiro. Chama a atenção o fato de que o PRODEPEF é sempre mencionado como a principal referência da cooperação com a FAO. Dentre outros resultados positivos do PRODEPEF, vale salientar que ele lançou as bases que contribuíram para o Brasil desenvolver e acumular o conhecimento quanto ao estabelecimento de grandes plantios florestais, predominantemente de espécies exóticas (pinus e eucaliptus).
75. Outro projeto bastante mencionado pelos informantes e que se destaca por fortalecer o setor florestal, especialmente quanto ao manejo florestal, foi o projeto "Desenvolvimento Florestal na Região do Nordeste Brasileiro - BRA/87", nas décadas de 80 e 90. Os resultados desse projeto levaram ao estabelecimento da primeira instrução normativa para o manejo da Caatinga. Alguns técnicos que atuaram no BRA/87 estão atualmente trabalhando tanto no setor público como o privado e, também, no terceiro setor, mantendo uma constante comunicação entre esses diferentes segmentos.
76. Tanto o setor público quanto o setor privado, bem como a academia, tem conhecimento generalizado da cooperação da FAO com o Brasil no setor florestal. No entanto, o conhecimento mais profundo do papel da FAO é notadamente mais restrito ao setor público federal. Isso pode ser atribuído ao fato de que são sempre técnicos do setor público federal que participam das reuniões oficiais promovidas no âmbito internacional, como a COFLAC, a COFO e outras atividades da FAO.
77. Através das entrevistas, foi constatado que a visibilidade institucional da FAO no Brasil variou muito conforme o período. A FAO foi mais visível e conhecida até a década de 80. No entanto, na década de 90, com a reestruturação institucional de âmbito federal e com a forte presença do enfoque ambientalista, a FAO se concentrou em projetos de fortalecimento e articulações institucionais que favoreciam o ordenamento de uma política e plano nacional de florestas, reduzindo a presença técnica nas atividades de desenvolvimento florestal, principalmente no acompanhamento e assessoria voltada às práticas de campo.
78. Com o lançamento do PNF e, mais adiante, com a Lei de Gestão de Florestas Públicas e a criação do SFB, a FAO se coloca como parceira importante para o Ministério de Meio Ambiente, suas secretarias e ao Serviço Florestal Brasileiro, no entanto, o papel da Organização se reduz, quase que completamente a uma ação administrativa, menos atuante na área técnica.
79. Como resultado dos programas gerenciados administrativamente pela FAO, as ações do PNF estão se destacando pela presença de inúmeras conexões com organizações locais que se estabelecem na esfera estadual e municipal. Estes novos arranjos institucionais são fortemente percebidos a

partir do relacionamento entre os gestores públicos que se encontram nos escritórios descentralizados do IBAMA, SFB e secretarias estaduais de meio ambiente. Destacam-se as atividades em desenvolvimento na região do nordeste, onde a FAO atuou até 1997 com uma equipe consolidada, e que hoje são os gestores de projetos florestais com fortes parcerias entre as ONGs, as universidades e o setor privado, promovendo a descentralização das linhas de ação do Programa Nacional de Florestas, com novos formatos de financiamento e cooperação técnica internacional. No Quadro 12 se destaca a experiência do Nordeste, atualmente sendo conduzida pelo IBAMA e SFB com apoio do Programa Nacional de Florestas através do MMA.

Quadro 12. Experiência da Rede de Manejo Florestal da Caatinga/ Nordeste do Brasil

O manejo sustentável da Caatinga é uma alternativa viável para apoiar o desenvolvimento da região, podendo garantir a produção de madeira, carvão, forragem, frutos, fibras, óleos, produtos medicinais, gerando emprego e renda para a sua população.

Diante deste grande potencial, a Rede de Manejo Florestal da Caatinga (RMFC) foi criada em dezembro de 2003 com recursos do Programa Nacional de Florestas (PNF), no âmbito da Rede de Parcelas Permanentes.

A Rede é coordenada conjuntamente com outras ONGs e pela

Universidade Federal Rural de Pernambuco e tem por objetivo consolidar e ampliar a base técnico-científica de experimentação de manejo florestal nesse bioma, gerando informações consistentes e sistematizadas e divulgando-as para os mais diferentes setores e atores que trabalham em prol do desenvolvimento do Nordeste.

Esta experiência demonstra a importância da descentralização das linhas de ação do PNF, e o apoio das instituições governamentais, como o IBAMA e o SFB, na execução de projetos com interlocução direta com organizações locais.

Fonte: <http://rmfc.cnip.org.br/> e <http://mma.gov.br>



7.2 Difusão da Informação e do Conhecimento

80. A FAO possui um grande e importante acervo de informações que abrange diferentes áreas dentro do tema florestal. Essas informações encontram-se em forma de publicações e banco de dados. Atualmente esse acervo está disponível em formato eletrônico na página web (<http://www.fao.org/forestry>). Dentro desse universo de informações, os mais conhecidos e consultados no Brasil são o Forest Resources Assessment (FRA), as Estatísticas Florestais em geral e o periódico UNASYLVA, que desde 2007 encontra-se disponível em formato eletrônico pela internet.
81. Em geral, as instituições públicas e privadas conhecem alguma publicação da FAO ou fazem uso de dados estatísticos disponibilizados pela FAO. Entretanto, a partir de entrevistas e questionários, observou-se que mais recentemente, o acervo de publicações sobre os temas florestais que a FAO disponibiliza são raramente utilizados ou ainda, desconhecidos, isso se inclui no ambiente acadêmico, acentuando-se nas instituições de segmento industrial e organizações da sociedade civil com atuação local.
82. Destaca-se a importância das bibliotecas, particularmente as que são vinculadas às instituições de pesquisa e das universidades onde existem cursos de engenharia florestal. Um levantamento empírico feito na biblioteca do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF) mostrou que o número de publicações da FAO disponíveis nesse centro de pesquisa tem decrescendo. Na década de 80 as publicações totalizavam 117, na década de 90 havia decrescido para 71 e em 2000 havia apenas 11 publicações acessíveis para consulta local, inclusive as disponíveis em formato eletrônico. Isso engloba as revistas, os anais de congressos, as publicações de projetos e informativos.
83. Segundo os informantes consultados, as instituições de pesquisa utilizavam anteriormente com mais frequência as estatísticas e demais artigos científicos que eram difundidos ativamente pela

- FAO. A questão que se coloca relacionada à difusão de informações que a FAO disponibiliza, não é somente da acessibilidade do material produzido, mas da eficiência em distribuir esse conhecimento para que o seu acervo chegue de forma mais acessível ao público alvo.
84. Embora a FAO tenha tido um papel fundamental na criação do primeiro curso de engenharia florestal no Brasil na década de 60, atualmente as Universidade não têm vínculo institucional com a Organização. Observou-se que existe desconhecimento de seu papel como organismo atuante no setor florestal, e do seu acervo de informações disponibilizado publicamente sobre as experiências e publicações florestais. No entanto, quando se perguntava se a FAO, como uma agência das Nações Unidas e considerando-se a sua expertise em nível mundial, poderia contribuir para a evolução no ensino da engenharia florestal no Brasil, a resposta era sim.
 85. Entre os Instrumentos Públicos Globais (GPG)¹³, as publicações e normativas mais conhecidos, segundo os entrevistados, são as estatísticas florestais, artigos sobre “melhores práticas” e estudos divulgados a partir do FRA e COFLAC. Os principais eventos, como COFLAC e COFO foram identificados por alguns informantes, embora isso não signifique necessariamente um maior envolvimento sobre os mesmos. Ressalta-se que esse conhecimento restringe-se basicamente ao pessoal em nível federal, especialmente aqueles que estão em cargos de direção e coordenação de projetos. Na esfera governamental estadual, o conhecimento sobre os GPGs é praticamente nenhum, bem como a participação em eventos de nível nacional, quando ocorre em reuniões e redes de cooperação promovidas pelas iniciativas da FAO, são direcionadas a um número limitado de pessoal e restringem-se a condição de observadores. Na esfera municipal e não-governamental estas iniciativas não são conhecidas.
 86. As evidências sugerem que não está havendo uma divulgação eficiente, dos instrumentos públicos da FAO, das conclusões e recomendações das redes de cooperação e portanto, do site da FAO destinado especificamente a área florestal. Para os interlocutores que já tinham acessado o portal florestal e utilizado publicações da FAO, estes sugerem que o site não se apresenta suficientemente compreensível no sentido de facilitar a consulta ao acervo de informações disponíveis. Além destes pontos, o idioma em que estão disponibilizadas as informações foi apontado como uma barreira, embora se tenha em consideração que o português não é um dos idiomas oficiais da FAO.
 87. Em consulta informal à Rede Florestal Brasileira, rede de comunicação virtual liderada pela Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBEF), que congrega engenheiros florestais atuantes em diferentes atividades do setor florestal, constatou-se que há um desconhecimento quanto às atividades da FAO. Esse desconhecimento não se refere especificamente somente às atividades da FAO em nível mundial, até mesmo àquelas desenvolvidas no Brasil. Como mencionado no parágrafo anterior, a consulta ao site da FAO é mínima e aqueles que o fazem são, geralmente, estudantes de pós-graduação que o consultam para coletar dados para as suas dissertações ou teses.
 88. Como referencia positiva na difusão de informações e conhecimento, se destacam os esforços das cooperações regionais, com forte tendência a temas específicos, como “Incêndios Florestais, “Sanidade Florestal” e “Manejo Florestal na região Amazônica”. Esta última experiência vem sendo conduzida pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) juntamente com o MMA, onde os países envolvidos vêm definindo os critérios e estratégias para os temas relacionados ao manejo das florestas tropicais que se encontram na região. O Quadro 13 apresenta o exemplo do Processo de Tarapoto para a validação dos Indicadores e Critérios de sustentabilidade da Floresta Amazônica.

Quadro 13. Experiência do Processo de Tarapoto sobre Critérios e Indicadores de sustentabilidade da Floresta Amazônica.

O Processo de Tarapoto teve início em 1995 em reunião realizada no Perú, onde estiveram reunidos os países signatários da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e organizações mundiais. A finalidade deste processo era criar um conjunto de Critérios e Indicadores (C&I) de Sustentabilidade da Floresta Amazônica.

¹³ Ver Apêndice 5, planilha excel

Após consultas nacionais e reuniões regionais, e principalmente a partir da II Reunião Regional sobre Critérios e Indicadores de Sustentabilidade da Floresta Amazônica (2001), foram discutidos e classificados os indicadores de acordo com a sua aplicabilidade e nível de consenso entre os representantes dos países. Quinze indicadores foram priorizados pelos países amazônicos para que fossem validados e implementados em seus países (1).

Um projeto regional foi submetido a FAO pela OTCA, sendo aprovado e recebido o título de "Projeto FAO/TCP/RLA 3007", objetivando a validação dos quinze indicadores de sustentabilidade. A execução deste projeto no Brasil, foi realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Programa Nacional de Florestas e pela OTCA, no período de julho de 2004 a maio de 2006.

Os resultados dos indicadores mostram que o Brasil tem evoluído em direção à sustentabilidade da floresta amazônica. Como exemplo quantitativo, destaca-se o Indicador 3 - que trata da taxa de conversão da cobertura florestal para outros fins. Estabelecido este indicador, verifica-se que o governo vem investindo na instrumentalização e aprimorando o sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia (PRODES), gerenciado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) desde 1980. Observa-se que a partir de 2004, a taxa de desmatamento vem decrescendo e isso se deve aos esforços e ao direcionamento das ações de fiscalização para as regiões mais ameaçadas por atividades práticas ilegais ou predatórias (2).

Fontes:

(1) Ministério da Ciência e Tecnologia - (<http://lba.cptec.inpe.br/lba/site/?p=noticia&t=0&op=614>)

(2) MMA, 2006.

7.3 Capacitação e Apoio Técnico

89. Há um reconhecimento geral de que a FAO teve um grande papel e uma contribuição positiva na capacitação técnica durante a fase de projetos direcionados ao desenvolvimento florestal brasileiro. No entanto, atualmente, as evidências indicam que a FAO passou a desempenhar mais a função de administração e gerenciamento financeira de projetos.
90. Segundo a Representação da FAO no Brasil (FAOR) são vários os fatores que contribuíram para o atual perfil. Foram destacados: (i) número insuficiente de funcionários, o que vem ocorrendo uma sobrecarga de trabalho; (ii) falta de pessoal técnico na área específica para dar suporte a qualquer possível demanda mais técnica dos projetos. De fato o acompanhamento dos projetos se dá basicamente nos seus aspectos administrativo-financeiro e, esporadicamente, através de um parecer técnico específico com a contratação de um consultor externo ou com a eventual colaboração de um oficial da FAO (Sede e Regional).
91. No cenário atual do setor florestal brasileiro, é de se destacar que o país apresenta quadros técnicos qualificados para o desenvolvimento do setor, portanto, já não depende da vinda de experts internacionais para intervir da mesma forma como era realizado nas décadas de 60 e 70. Segundo os interlocutores contatados, a troca de experiências com instituições nacionais e internacionais e o fortalecimento de redes de cooperação técnica são mais importantes para o setor florestal brasileiro que a simples vinda de um expert internacional. Foi dito, também, que a colaboração de um expert internacional é interessante quando se realiza uma cooperação específica ou quando há um conhecimento prévio por parte deste expert sobre a problemática do setor florestal brasileiro.
92. No entanto, cabe destacar que apesar do Brasil apresentar qualificação técnica elevada em alguns segmentos do setor florestal existem outros que necessitam maior atenção e devem ser estruturados, como por exemplo, a extensão florestal, bem como em temas que têm merecido uma grande atenção no cenário internacional sobre mudanças climáticas. A FAO com sua expertise na área florestal e a sua atuação internacional poderia portar uma grande contribuição técnica em áreas que o setor florestal brasileiro deve avançar no contexto nacional. Alguns dos temas apontados são destacados no Quadro 14 – Temas a serem considerados na Capacitação e Apoio Técnico.

Quadro 14. Temas a serem considerados na Capacitação e Apoio Técnico

1. Inserção de novos desafios para o setor – Ex.: Mudanças Climáticas, Comércio de Carbono;
2. Governança Florestal – apoio no processo de descentralização, estruturação e capacitação nos Estados e Regiões;
3. Educação Florestal – intensificando relações com centros de pesquisas florestais, universidades e ampliando redes de cooperação e publicações;
4. Desenvolvimento Florestal Comunitário – apoiando projetos e compartilhando experiências de “lições aprendidas” para inclusão social das comunidades;
5. Cadeias produtivas – impulsionando o comércio e o mercado de produtos de origem florestal, assim como os Serviços Ambientais das florestas a partir do manejo e práticas sustentáveis, tanto comunitário quanto industrial;
6. Manejo Florestal Sustentável - apoiando a consolidação do Sistema de Informação e monitoramento dos recursos florestais e compartilhando experiências das Concessões Florestais;
7. Diálogo Florestal – consolidando linhas de ação do PNF para apoiar a cooperação entre diferentes segmentos e setores conflitivos (produção x proteção) relacionados ao manejo dos recursos naturais.

Fonte: equipe de Avaliação

93. Até a década de 90, merece atenção o Projeto de Desenvolvimento Florestal do Nordeste Brasileiro (BRA/087). A capacitação técnica se desenvolveu como prioridade e observou-se grande impacto positivo na formação de equipes qualificadas que desenvolveram técnicas de Manejo Florestal para a Caatinga. Os resultados do projeto, também, contribuíram para a elaboração de políticas públicas para o setor florestal da região Nordeste, particularmente para a área do semi-árido. Pode-se atribuir a esse sucesso, particularmente ao fato de que existia a figura de uma “equipe base”, que era bastante motivadora para as equipes governamentais de execução dos projetos. Essa equipe geralmente era composta por um diretor internacional, normalmente funcionário da FAO, um coordenador nacional, normalmente gestor público da esfera federal, e por consultores nacionais e internacionais.
94. Embora a FAO não tenha tido uma participação direta na capacitação técnica das equipes dos projetos a partir do final da década de 90, a sua contribuição como organização de apoio técnico pode ser considerada positiva, pois possibilitou que as instituições executoras dos projetos realizassem as atividades alcançando os objetivos esperados. Neste sentido, destacam-se o projeto TCP que apoiou o desenvolvimento de uma metodologia para o desenvolvimento do Inventário Florestal Nacional. Esse apoio foi fundamental uma vez que possibilitou a realização de eventos com a participação de técnicos e professores que elaboraram a metodologia a ser empregada no IFN. Neste caso, a colaboração da FAO foi importante, pois possibilitou a vinda de dois experts na área de estatística que apoiou a elaboração de uma metodologia adequada à situação brasileira para o desenvolvimento do IFN.
95. Outras experiências que contribuíram para a capacitação de gestores públicos através de realizações de cursos e reuniões, foram realizadas no âmbito do projeto “Mata Atlântica” e no projeto “Facility PNF”, ambos operacionalmente finalizados em 2010. No Quadro 15, são destacados alguns dos resultados das atividades do projeto da Mata Atlântica que contou com a ampla rede de organizações não governamentais no debate e na conclusão da proposta de lei para o uso sustentável e conservação deste bioma

Quadro 15. Capacitação e Apoio Técnico no Bioma Mata Atlântica, Projeto GCP/BRA/061/WBK

A Mata Atlântica é um dos biomas florestais mais destruídos no mundo, restando atualmente cerca de 8% de sua formação original. Muito do que resta da Mata Atlântica hoje são ilhas de florestas cercadas pela agricultura e centros urbanos. No entanto, essas ilhas são fontes de informações biológicas para a restauração da paisagem e conservação da fauna e flora, assim como dos recursos hídricos. Iniciado em 2004, com apoio financeiro do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais (PPG7), através do Banco Mundial e da cooperação da FAO, o *Projeto Mata Atlântica (GCP/BRA/061/WBK)* teve como objetivo apoiar as ações de planejamento, implementação e acompanhamento das políticas públicas para a Mata Atlântica em nível nacional. As principais ações do projeto enfocaram em estruturar e fortalecer as capacidades de gestão da equipe do Núcleo de Acessoria a Mata Atlântica e Pampa (NAPMA) do MMA, além de propiciar um forte diálogo institucional entre as

organizações da sociedade civil representadas através da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do setor privado e dos centros de pesquisas.

Foram vários os eventos e reuniões entre as organizações envolvidas e esses esforços resultaram na publicação da "Lei da Mata Atlântica" (Lei N. 11.428/2006), após 12 anos de tramitação para sua aprovação e no Decreto no 6.660/2008, o que significa a consolidação de um arcabouço legal inédito para um conjunto de ecossistemas estreitamente relacionados. Destaca-se como produto consolidado o Plano de Ação e o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica, publicado pelo IBGE e SOS Mata Atlântica (Organização Não-Governamental). Participação da sociedade civil e Unidades de Conservação: com vistas à divulgação e a promoção do debate participativo das ações para a conservação da Mata Atlântica, anualmente vem sendo realizada, desde o ano de 2004, a Semana da Mata Atlântica para dar maior alcance às diversas atividades, seminários e cursos. Ainda, durante o projeto, diversas Unidades de Conservação foram criadas na Mata Atlântica e diversos outros estudos estão em sua fase final, muitos já prontos para a criação.

Os Corredores Ecológicos são voltados para o desenvolvimento de ações de proteção e recuperação dos remanescentes florestais, com destaque ao Sul da Bahia, Espírito Santo e interior de São Paulo: com a atuação do governo federal, estadual e organizações da sociedade civil destes estados, as ações vem colaborando no desenvolvimento de novos modelos de uso e ocupação do solo no entorno de unidades de conservação, incentivando o ecoturismo, e a criação de áreas protegidas, através de cursos e seminários que possibilitam a participação social e a capacitação técnica.

Referências:

- MMA, 2010 (a).

- Rede de ONGs da Mata Atlântica - <http://www.rma.org.br>

- Instituto de Pesquisas Ecológicas (Ipe) - <http://www.ipe.org.br/pontal/corredores-agroflorestais>

8 Os impactos da Cooperação Técnica da FAO no Brasil no setor florestal

8.1 Fortalecimento institucional

96. Este é o item onde houve o impacto mais positivos da cooperação da FAO com o Brasil. A partir de 1990 muitas mudanças ocorreram com a criação e desmembramento dos órgãos federais relacionados aos temas ambientais e florestais. A FAO se coloca, desde então, como parceira importante para o Ministério de Meio Ambiente apoiando na gestão dos projetos e possibilitando que os órgãos governamentais, encarregados do setor florestal, se estruturassem para atuar de forma mais efetiva aos temas florestais. No entanto, a presença da Organização se reduz, quase que completamente, a uma cooperação mais administrativa e menos orientativa na área técnica florestal. Mesmo assim, os projetos apoiados pela FAO vem apoiando o processo de descentralização da política florestal e das linhas de ação do Programa Nacional de Florestas: as instituições nacionais definiram um novo sistema de manejo de florestas públicas que resultou na publicação da Lei para a Gestão de Florestas Públicas e na criação do Serviço Florestal Nacional, órgão encarregado de implementar e supervisionar o sistema de concessões florestais para o uso sustentável de recursos florestais no território brasileiro.

8.2 Difusão de Informações e Cooperação Internacional

97. Neste item, os impactos da cooperação da FAO na difusão de informações se destacam a nível regional. A FAO teve um papel fundamental na criação do primeiro curso de engenharia florestal no Brasil na década de 60, porém atualmente observou-se que existe desconhecimento por parte das universidades, do setor privado e das organizações de atuação local referente ao papel da FAO como organismo atuante no setor florestal, assim como de seu acervo de publicações técnicas. É importante considerar, que o Brasil participa da COFLAC e é membro da COFO e demais foruns de assuntos florestais que a FAO promove, juntamente com organizações multilaterais. Porém as evidências sugerem que não está havendo uma divulgação eficiente dos instrumentos públicos da FAO, das conclusões e recomendações dos foruns e redes de cooperação e portanto, de todo a experiência da Organização destinada à área florestal.

98. Uma experiência exitosa se destaca com o projeto regional TCP que apoiou o Processo de Tarapoto para que os países amazônicos definissem os indicadores de sustentabilidade para o manejo das florestas na região, com este apoio, realizou-se eventos, publicações e acordos

institucionais que possibilitaram a troca de conhecimentos e experiências sobre diversos temas relacionados aos recursos da Floresta Amazônica.

8.3 Capacitação e Apoio Técnico

99. A capacitação técnica se desenvolveu como prioridade nos projetos apoiados pela FAO até a década de 90. Isso se deu principalmente no nordeste, região semi-árida, onde os resultados dos projetos contribuíram para a elaboração de políticas públicas para o setor florestal. Pode-se atribuir a esse sucesso o fato de que existia a figura de uma "equipe base" e a assessoria técnica da FAO para uma diversidade de temas que eram desenvolvidos visando qualificar as atividades florestais daquela região.
100. Hoje, este quadro mudou e a capacitação e assessoria técnica dos projetos são desenvolvidas a partir das organizações que atuam em redes de cooperação e a partir de novos arranjos institucionais entre as agências governamentais e não-governamentais. No cenário atual do setor florestal brasileiro, é de se destacar que o país apresenta quadros técnicos qualificados para o desenvolvimento do setor, o que portanto, já não necessita de expertos internacionais para intervir da mesma forma como era realizado nas décadas de 60 e 70. O que se verifica é a necessidade de uma nova forma de assessoria técnica por parte da FAO, compreendendo a demanda por temas específicos do setor, capaz de estabelecer parcerias além da esfera federal, para apoiar na descentralização da governança florestal e nas práticas de usos sustentáveis dos recursos florestais. Os impactos da FAO para a capacitação se deu através do apoio à distância e com visitas esporádicas de seus oficiais. É necessário reconhecer que o desenvolvimento de atividades que promoveram a capacitação técnica se deram a partir dos esforços das organizações executoras dos projetos.

9 Conclusões

101. A parceria da FAO com o Brasil, no setor florestal, data de longo tempo e foi acompanhando as mudanças na estrutura institucional e da tendência da política florestal. No início da cooperação com o governo brasileiro, entre as décadas de 60 e 70, a FAO teve relevante papel fundamental no desenvolvimento florestal brasileiro com enfoque ao manejo e exploração de florestas plantadas para a demanda de madeira e do setor industrial. Acompanhando as mudanças das décadas seguintes, entre 80 e 90, houve uma redução da cooperação da FAO com o Brasil quando comparada à década anterior.
102. A capacitação técnica se desenvolveu como prioridade e observou-se grande impacto positivo na formação de equipes qualificadas que ainda hoje atuam na região do Nordeste. Os resultados do projeto, também, contribuíram para a elaboração de políticas públicas para o setor florestal da região Nordeste, particularmente para a área do semi-árido.
103. A FAO continuou atendendo à demanda do governo brasileiro e dando ênfase no fortalecimento institucional, principalmente apoiando projetos junto ao Ministério de Meio Ambiente para inserir na agenda florestal o Programa Florestal Nacional e colaborando com o processo de descentralização da política florestal aos Estados e Municípios. Paralelamente, são desenvolvidos projetos de nível regional, dentre os quais se destaca a cooperação entre os países amazônicos apoiados pela OTCA.
104. Nos últimos anos a FAO se limitou na gestão administrativa dos projetos, por causa das regras de financiamento dos projetos UTF, e reduziu o apoio técnico voltado à articulação e orientações técnicas na área florestal.
105. Entretanto, se assinalam algumas áreas nas quais se sugere que a FAO continue apoiando o setor florestal brasileiro:
 - i. O processo de descentralização avançou, mas deverá ser melhor equipado e possibilitar o diálogo mais próximo entre os segmentos produtivos e de proteção, assim como as oportunidades econômicas e adequação ambiental das propriedades e das atividades florestais
 - ii. Quanto a difusão de informações e a distribuição dos instrumentos públicos globais, constatou-se uma grande lacuna e um vazio entre a FAO, os centros de pesquisa e as universidades brasileiras, e as organizações de instâncias estaduais e municipais;

- iii. A política florestal tem focado muito no desmatamento e manejo sustentável das florestas, especialmente na Amazônia, enquanto outros biomas, como o Cerrado e Mata Atlântica não têm recebido a mesma atenção;
 - iv. Existe uma polarização ainda forte entre o setor produtivo e o setor de proteção das florestas, o que contribui para o desmatamento e exploração irregular dos recursos naturais.
106. A Avaliação considera que estes são desafios grandes aos quais a FAO, graças ao seu acervo de conhecimentos e papel de facilitador, deveria colaborar. A questão principal será equilibrar as tendências opostas, facilitar o diálogo e as parcerias orientando a política no sentido de favorecer todos os segmentos do setor. Ao mesmo tempo, a Organização poderia contribuir ao processo de descentralização através de uma maior colaboração com os Estados e os centros de Pesquisa e Universidades, a uma melhor difusão dos conhecimentos através de novos arranjos institucionais e redes de comunicação que possibilitem a distribuição e o acesso a informação, levantando a importância de outros biomas fora da Amazônia.
107. É opinião da Avaliação também que para operar de maneira eficaz nestes temas, FAO e Brasil deveriam encontrar mecanismos que permitam uma atuação melhor ao nível local, diretamente ou através de um apoio mais seguido da parte da estrutura regional e da sede da Organização.

Apêndices

Apêndice 1 Termos de Referencia da Avaliação do Impacto FAO-Brasil no setor florestal

Background

1. Since 2005 country evaluations have formed a part of the evaluation programme of FAO Office of Evaluation (OED). Such evaluations cover all FAO activities in the country, including national projects from all funding sources, national participation in regional projects, use made of normative outputs and the work carried out by the FAO Representation. Country evaluations also have included impact evaluations (IE) on one or more areas where FAO had done a significant amount of work in the review period: these exercises analysed in depth the lasting changes in the livelihoods of beneficiaries or in the partner institutions brought about by FAO's work, or to which FAO contributed in a substantial manner.

2. In April 2010, OED started the Evaluation of FAO's cooperation with Brazil, which will cover the period 2002-2010. In May-June 2010, an OED team went through a preparatory phase that included extensive consultation in FAO HQ and Regional Office for Latin America and the Caribbean, and in Brazil itself. This evaluation is planned to be completed by the end of 2010.

3. The OED team found out that the FAO has played a major role in the Brazilian forestry sector, through field projects, capacity and institutional development and policy support. During the period under evaluation, the sector has received the largest share of financial resources managed by FAO (22%), and has the largest pipeline as well.

4. However, despite the amount of resources, it appears that in the last decade the role played by the Organization has deeply changed, due to a number of factors. In primis, Brazilian competence and capacity in the forestry sector has grown dramatically, making FAO's technical support largely unnecessary. This however seems to be rather unevenly spread across the country: in particular in the Northern and North-Eastern regions, State level forestry institutions are acknowledged to be weaker than elsewhere in the country.

5. Another factor that may have contributed to the decrease of FAO's added value in general to Brazilian institutions, including in the forestry sector, was the mainstreaming in all Brazilian-funded projects (UTF) as well as in external donors' funded interventions (GCP), of a National Execution modality that heavily curtailed the provision of technical support by FAO. In practice, since 2002 the Organization's technical responsibility was maintained only formally, whereas its actual role has become almost exclusively one of project administrator.

6. Although the country evaluation will analyse these issues across all sectors, the forestry sector seems to be a particularly interesting case: the first UTF in this area started in 1997 and was completed in 2005, when a second UTF was approved as follow-up. The evolution of relations in the framework of one single stream of projects over more than 10 years with the same partner institutions can provide interesting insights into what have been the different variables at play.

7. Further, Brazilian forestry institutions have expressed different visions and requests vis-à-vis the Organization: some interlocutors seem to wish maintaining the current cooperation model with FAO as a project administrator, while others are asking for a different type of partnerships and interaction, which include a new vision for the role and presence of FAO in Brazil in the forestry sector.

8. Last but not least, over time the offer of technical assistance in forestry from other international organizations has substantially grown, in a way "competing" with FAO as a source of funds and knowledge and as project executing agencies. The most important actors at the current moment are:

- International Tropical Timber Organization (ITTO);
- UN Environmental Programme (UNEP);
- United Nations Forum on Forests (UNFF);
- UN Development Programme (UNDP);
- Global Environmental Facility (GEF);
- UN Conventions on Biological Diversity, Climate Change and Desertification;
- national and international NGOs dealing with forestry;
- bilateral cooperation, e.g. European Commission, Germany, Norway, etc.

9. During the preparatory phase, the OED team discussed the hypothesis of conducting an impact evaluation of the forestry sector with all its interlocutors, in FAO and in the Government. Brazilian institutions showed a strong interest for this exercise, in particular if it will contribute to identify the

strengths and weaknesses of FAO in Brazil in the forestry sector and the potential for a future enhanced cooperation in this area. It was also suggested that the IE should cover thirty years of FAO-Brazil collaboration in the forestry sector. Annex 1 contains the synthesis of the information gathered during the preparatory phase.

10. Thus, in the view of the OED team, the importance of the forestry sector in Brazil, the earlier role played by FAO in it over the last twenty to thirty years and the size of the current FAO portfolio and pipeline in the forestry sector, are all factors that make the collaboration between FAO and Brazil in the forestry sector an excellent case for an in-depth analysis of FAO's contribution to institutional development in the country.

Purpose of the Impact Evaluation

11. The Impact Evaluation will provide an in-depth analysis of FAO's contribution to the Brazilian forestry sector. The assessment will focus on the outcomes and impact, defined as lasting changes that the Organization has fostered, or contributed to foster, at the level of both institutional strengthening and capacity development.

12. The findings of the Impact Evaluation will feed into and strengthen the evidence base for the conclusions and recommendations of the Evaluation of FAO's cooperation with Brazil in the forestry sector and across other sectors, as possible and appropriate. IN particular, the IE will contribute to identify FAO's comparative advantage in the larger institutional scenario on forestry in Brazil.

Scope of the Impact Evaluation

13. The IE aims at analysing the impact of all contribution by FAO to the Brazilian forestry sector, independently from the modality of delivery. It will include:

- v. national projects and programmes funded by Brazil itself, FAO and other donors as well as activities financed through FAO Regular Programme;
- vi. participation of Brazil in regional, inter-regional and global projects;
- vii. use of FAO's normative products (Global Public Goods/GPG) in the forestry sector.

14. The IE aims at analysing all collaboration in the past, since it started in the 1980s. However, the level of possible analytical detail will largely depend on the availability of documents for reference and on memory of individuals who were involved in these activities. The earliest projects recorded in FAO Field Programme Management information System (FPMIS) are dated 1982/83; until early 1997, 6 projects were implemented, but no documents for these interventions seem to be easily retrievable. Activities conducted in the years before 1997 will thus be analysed mostly through highlights emerging from participants' memory. The complete list of projects is in Annex 2 to this ToR.

15. Documents are available in electronic format for the 16 projects implemented from May 1997 onward, with progressively more complete documentation for interventions started after 2000: these will be the object of an in-depth analysis in terms of outcome and impact.

16. Activities conducted through the Regular Programme are also not easily identifiable and the OED team could identify only the most recent ones, conducted by the Forestry team in RLC (see Annex 1). A search in FAO's corporate information system for the planning of the Regular Programme (PIRES) did not produce any significant result. The IE team will have to trace activities through the participants' memory.

17. The IE will also assess the use and impact of FAO's GPG issued in recent years in the forestry sector. The FAO web-site is the main repository of such products but given its complexity, a list of products has been prepared (Annex 3) and will be the basic source of reference for identification of the products.

18. Within this framework, the IE will have to respond to the following key evaluation issues and questions:

- I. What has been FAO's contribution to develop capacities at the national level in the forestry sector;
- II. What has been FAO's role in the current national institutional set-up for the forestry sector;

- III. What has been FAO's contribution to the current national policy framework for the forestry sector, at federal, state and municipal level;
- IV. What has been FAO's contribution to the national knowledge base on forestry resources;
- V. Has FAO had any role in supporting Brazilian institutions in tackling emerging issues in the forestry sector; if so, what has it been and how timely and effective it was;
- VI. To what extent did FAO contribute to raise awareness about and mainstream environmental sustainability issues in the formulation and implementation of Brazilian forestry policies;
- VII. To what extent did FAO contribute to raise awareness about and mainstream social inclusion and gender equality issues in the formulation and implementation of Brazilian forestry policies;
- VIII. What has been the change occurred over time in FAO's comparative advantage in support of the forestry sector;
- IX. Has FAO ever played the role of 'honest broker' for the Brazilian forestry sector, either at the national or international level; if so, what has it been and how timely and effective it was;
- X. What has been and what will be FAO's comparative advantage in the forestry sector in Brazil;
- XI. What has been the benefit for FAO in Latin America and elsewhere of this long collaboration with Brazil;
- XII. What are the lessons learned from the collaboration between FAO and Brazil in the forestry sector, also with a view to FAO's cooperation with other countries.

Methodology

- 19. In consideration of the purpose of the IE, assessing changes in the institutional and capacity arena, and the nature of the work conducted by FAO with Brazilian institutions, the IE will rely on the use of qualitative methods and tools of enquiry.
- 20. These will include, among others:
 - a. document review: project documents, progress reports, terminal statements and any other available and relevant report for the 16 projects identified will be analysed in depth to build as complete map as possible of expected and achieved outcomes and objectives (impact);
 - b. comparative analysis of the role and support by other international organizations and FAO in the forestry sector, in the perception of the Brazilian institutions;
 - c. semi-structured interviews with key informants, in FAO and national and international in Brazil, to discuss the strengths and weaknesses of the work conducted with focus on changes in the institutions and their capacity, gaps and potential in future; a list of stakeholders will be made available, to be completed and expanded as appropriate;
 - d. structured/semi-structured interviews with Brazilian national stakeholders who participated directly and/or indirectly in FAO's activities, to assess the long term changes in their professional lives, in the institutions they work for and in the national policies, stemming from those initiatives. If cost-effective, a questionnaire survey could replace the interviews.
 - e. assessment of the use made by national stakeholders and international partners working in Brazil of a sample of FAO Global Public Goods (normative products, see Annex 3) of potential interest for Brazil;
 - f. if appropriate, focus groups with stakeholders could be organized to explore some specific areas of work/GPG and their impact.
- 108. Based on the evidence collected and verified through triangulation, the IE will also describe the theory of change that has underpinned the collaboration between FAO and Brazil in the forestry sector, and will draw conclusions on how FAO's contribution has played a role in the current state of the forestry resource in the relevant biomes. This analysis may require to be carried out by stream of projects initially, to be consolidated in one single framework of analysis.
- 109. The advanced draft report of the IE will be circulated to all stakeholders, for comments and suggestions which will be integrated as appropriate.

Organization and time-schedule

- 21. FAO Office of Evaluation is responsible for the management of the Impact Evaluation: it will identify and recruit two national consultants, will make available all documents and information gathered

for this purpose and will closely monitor progress of work. OED will also be responsible for the quality assurance process of the final IE report.

22. The IE report will be a public document, made available as Annex to the report of the Evaluation of FAO cooperation with Brazil 2002-2010.

23. The national consultants will work as a team. They will hold advanced university degrees in Forest Sciences, Environmental Sciences or related discipline. No candidate will be taken into consideration if he/she worked with FAO in Brazil on any of the initiatives under analysis. The team will offer together the following competences and skills

- senior experience in the forestry sector in Brazil;
- work at policy, institutional and field level in Brazil and in other countries;
- working experience with FAO in the region;
- active network of contacts in the Brazilian forestry sector, including government, academy and private sector;
- experience in evaluation will be an additional asset.

24. The IE report will be a self-standing document, which should not need reference to other documents/reports for evidence supporting its conclusions and recommendations. It will provide evidence for and answer all criteria, questions and issues contained in this ToR; if the consultants will be unable to comply with this requirement, reasons should be explained in detail. The report should illustrate lessons learnt. Here below, a tentative outline for the report is proposed:

1. Background for the impact evaluation, including purpose and scope
2. Methodology of the Impact Evaluation
3. The Brazilian national context in the Forestry sector since 1980
4. FAO's interventions in Brazil since 1980: main interventions, key elements and features
5. The evolution of the role of FAO – Forestry in Brazil
6. The contribution of FAO to the Brazilian forestry sector: effects and impacts
7. Lessons learned and recommendations for the future
8. Annexes: list of people interviewed; list of documents consulted and other sources of information used

25. Tentatively the IE will start in late August 2010 with duration of 30 working days. The advanced final draft should be made available to OED and FAO by September 24. The final report, integrating comments as appropriate by OED, FAO and Brazilian institutions, should be completed by 15 October 2010.

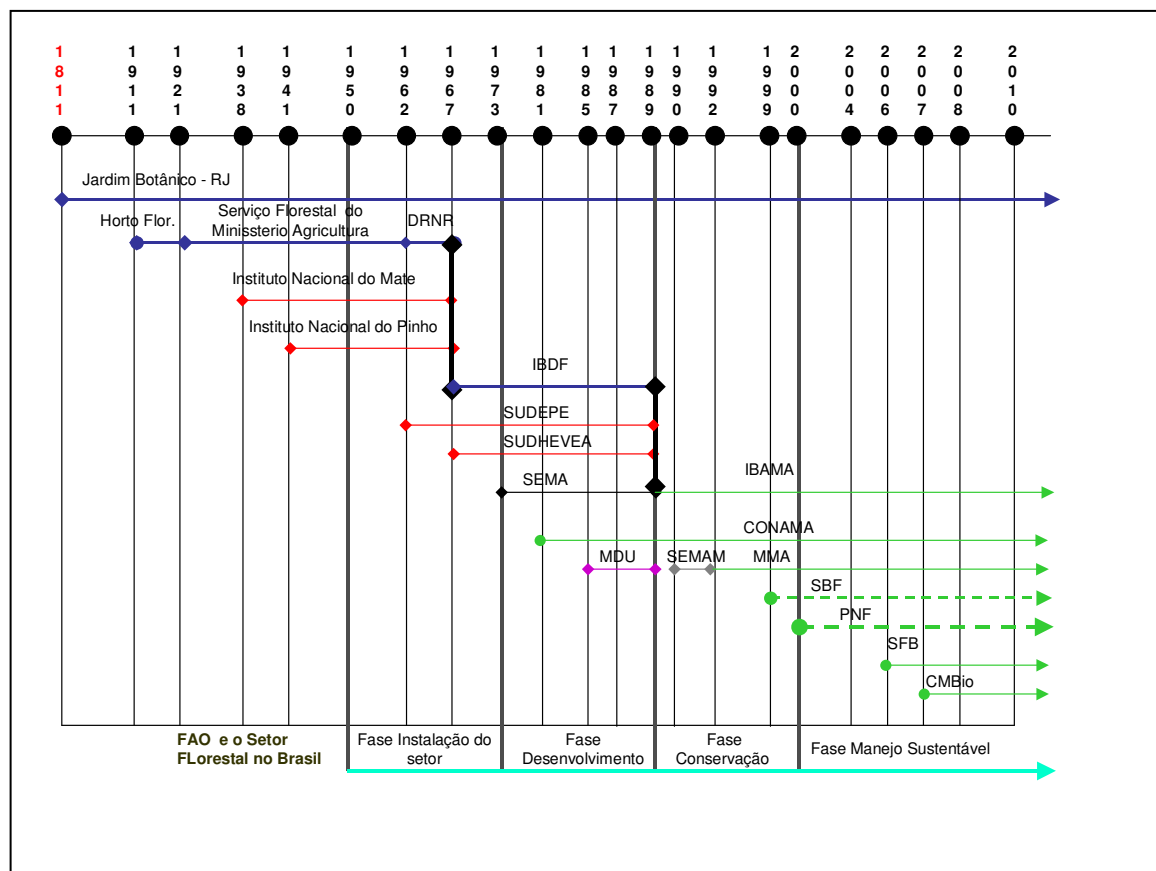
**Apêndice 2 Relação de Informantes da Avaliação de Impactos da Cooperação da
FAO no Brasil para o Setor Florestal - Questionário e Entrevistas realizadas
entre 03 a 24 de setembro/2010.**

Instituição	Informante Entrevistado = 31
<i>Brasília</i>	
Embrapa - Pesquisa	Luciano Mattos
Embrapa - Relações Internacionais	Antonio Carlos do Prado
Embrapa Oriental	Claudio José Reis de Carvalho
Embrapa Sede	Tatiana Deane de Abreu Sá
IBAMA	Joao Carlos Nedel
Laboratório de Produtos Florestais (LPF/SFB)	Cleuber Delano José Lisboa
Ministério Meio Ambiente	Ednardo de Freitas Machado
Ministério Meio Ambiente	João de Deus Medeiros
Ministério Meio Ambiente	Pedro Bruzzi Lion
Ministério Meio Ambiente	Francisca Menezes
OTCA	Carlos Aragón
Serviço Florestal Brasileiro	Antonio Carlos Hummel
Serviço Florestal Brasileiro	Joberto Veloso de Freitas*
Uniao Européia - Consultor independente	Michiel Meijer
<i>FAO Regional (RLC) e FAO Regional (R Brasil)</i>	
FAO RLC - Chile	Mario Mengarelli
FAO RLC - Chile	Carlos Marx Carneiro
FAO/ Brasil	Gustavo Chianca
FAO/ Brasil	Marcello Broggio
<i>São Paulo e Piracicaba (SP)</i>	
Consultora Florestal	Maria José de Brito Zackia
Eco Brasil Florestal - Empresa Floresta Plantada	Nelson Barbosa Leite
Ministério Meio Ambiente	Tasso Resende Azevedo
Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS)	Rubens Gallip
Universidade - USP	Paulo Kageyama
Universidade - USP	Ivaldo Jankowisk
<i>Recife (PE) e Natal (RN) – Região Nordeste</i>	
Florescer - Empresa Florestal - Nordeste	Adailton José Epaminombas de Carvalho
IBAMA - Natal	Claudius Monte de Sena
IBAMA - Recife	Francisco Campello
SECMA - Recife	José Cordeiro Santos
Serviço Florestal Brasileiro - Nordeste	Maria Auxiliadora Gariglio (Dora)
Serviço Florestal Brasileiro - Nordeste	Newton Barcellos
<i>Belo Horizonte (Minas Gerais)</i>	
Secretaria de Meio Ambiente do Estado de MG	José Carlos de Carvalho

Instituição	Questionário respondido = 15
CIRAD	Plinio Sist
Consultor Florestal	Julio Pauptz
Consultora Florestal	Maria José de Brito Zackia
Eletronorte/ Brasília	Newton Zerbini
FAO RLC	Carlos Marx Carneiro
OTCA	Carlos Aragón
Secretaria de Ciencia, Tecnologia e Meio Ambiente	José Cordeiro Santos

- SECMA/ Recife	
Serviço Florestal Brasileiro	Antonio Carlos Hummel
Serviço Florestal Brasileiro	Luiz Carlos Joels
Serviço Florestal Brasileiro - Nordeste	Maria Auxiliadora Gariglio (Dora)
Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS	Rubens Gallip
União Européia/ Brasil	Jacks Dixmude
Universidade - Brasília	Fernando Paiva Scardua
Universidade - Paraná	Vitor Afonso Hoeflich
Universidade – São Paulo	Fernando Seixas
<i>Organizações da Sociedade Civil (ONGs e Sociedades profissionais)</i>	
ISA – Instituto SocioAmbiental (Sede Brasília/DF e Canarana/MT)	Adriana Ramos e Cristina Velasquez
IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (Teodoro Sampaio, SP)	Laury Cullen e Thiago
Instituto Refloresta – Associação de Reposição e fomento florestal (SP)	João Carlos Seiki Nakamura
WWF-Brasil/ Programa Mata Atlântica (Sede São Paulo)	Luciana Simões
Rede Florestal Brasileira, rede de comunicação virtual liderada pela Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais (SBEF)	Contato – Sebastião Kengen

Apêndice 3 **Linha do Tempo das instituições públicas com atividades florestais entre 1950 a 2010.**



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de material sedido por Hummel (SFB) para Avaliação de Impactos da Cooperação da FAO com o Brasil no Setor Florestal (2010).

Apêndice 4 Quadro Síntese do Setor Florestal nos períodos entre 1980 a 2010 e a atuação da FAO.

Tópico x Período	Década de 80	Década de 90	Período 2000 a 2010
Legislação em destaque	<ul style="list-style-type: none"> - LEI nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, Código Florestal (desde 1934/ alterações 1965) - DECRETO Nº 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 (Regulamentação do Código Florestal) - LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente) 	<ul style="list-style-type: none"> - LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (Lei de Crimes Ambientais) - DECRETO Nº 2.661, DE 8 DE JULHO DE 1998 (Controle de Incêndios florestais) - DECRETO Nº 2.707, DE 4 DE AGOSTO DE 1998 (Acordo Internacional de Madeiras Tropicais) - DECRETO Nº 1.354, de 29 DE DEZEMBRO DE 1994 (Fundo Nacional para a Diversidade Biológica - PRONABIO) 	<ul style="list-style-type: none"> - DECRETO Nº 3.420, DE 20 DE ABRIL DE 2000 (Programa Nacional de Florestas) - LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006 (Lei de Florestas Públicas) -LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 (Lei da Mata Atlântica)
Instituições Florestais (Federais) Para visualização da Linha do Tempo, vide Apêndice 4	<ul style="list-style-type: none"> - Jardim Botânico (1811) - IBDF (1967-89) - LPF (1973 – atual) - IBAMA (1989 – atual) - CONAMA (1981-atual) - EMBRAPA (1973 – atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Jardim Botânico (1811) - LPF (1973 – atual) - IBAMA (1989 – atual) - CONAMA (1981-atual) - EMBRAPA (1973 – atual) - MMA (1992 – atual) - SBF (1999 – atual) 	<ul style="list-style-type: none"> - Jardim Botânico (1811-atual) - LPF (1973 – atual) - IBAMA (1989- atual) - MMA (1992 – atual) - SBF (1999-atual) - PNF (2000 – atual) - CONAMA (1981-atual) - SFB (2006 – atual) - ICMBio (2007-atual) - EMBRAPA (1973 – atual)
Principais Programas/Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> - PRODEPEF – Projeto de Desenv. e Pesquisa Florestal (até início de 80) - Projeto de Desenvolvimento Florestal para o Nordeste do Brasil - Programas estaduais de fomento florestal para atender setor industrial de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - PROBIO - Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - PPG7- Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - ProManejo - Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia 	<ul style="list-style-type: none"> - PROBIO II - PPG7 II - Fase ProManejo II - PropFlora, Pronaf Florestal: Créditos para fomento florestal - Concessões Florestais - Inventário Florestal - Programa Nacional de Florestas (PNF) - Primeiro Distrito Florestal Sustentável – BR163
Enfoque geral	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque no Desenvolvimento Florestal no Brasil principalmente para atender a produção industrial de grande escala. Grandes desmatamentos para abertura da economia agropecuária e da exploração madeireira em florestas nativas na Mata Atlântica e Amazonia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque na conservação dos ecossistemas naturais, grande repressão ambientalista. O setor florestal busca novos paradigmas e desafios no manejo sustentável das florestas naturais. - No setor privado há busca por certificação florestal e adequação ambiental (grandes, médias e pequenas propriedades). 	<ul style="list-style-type: none"> - Enfoque na integração do setor florestal, buscando produtividade e sustentabilidade ambiental. Programas do governo com enfoque no manejo sustentável de florestas plantadas e nativas para atender a demanda da indústria ao mesmo tempo do desenvolvimento socioeconômico. - Setor privado, busca ampliar produção com critérios socioambientais. - Grande ênfase nos programas de controle ao

			desmatamento na Amazônia e na participação da sociedade civil. - Forte debate sobre Código Florestal e oportunidade de exploração das florestas para pequenos e médios proprietários.
Atuação da FAO Para detalhes dos Projetos vide APÊNDICE 3	- BRA 45 (PRODEPEF) - TCP/BRA/2202 - BRA/82	- GCP/BRA/030/USA - GCP/BRA/054/WBG - TCP/BRA/0154 - TCP/BRA/6712 - UTF/BRA/047/BRA - COFLAC - BRA/87/007/ /GC/12	- GCP/RLA/133/ EC - GCP/BRA/061/WBK - GCP/BRA/070/ EC - GCP/BRA/073/ GFF - TCP/BRA/ 8923 - TCP/BRA/ 2802+ 2902 - TCP/RLA/ 3007 - TCP/RLA/ 3010 - TCP/BRA/ 3103+ 3202 - TCP/RLA/ 3208 BABY02 - UTF/BRA/062/ BRA

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em documentos disponibilizado pela FAO OED (Cd Rom).

Para melhor interpretação sugerimos analisar os **Apêndice 3 e 4.**